



Acta da primeira reunião ordinária do Conselho Regional da Europa do Conselho das Comunidades Portuguesas (CRECP),

realizada aos 02 e 03 de Março de 2017 em Lisboa, na Sala dos Concursos, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas.

A primeira reunião incluindo Ordem de Trabalhos do CRECP, foi convocada pelo Presidente, Conselheiro Alfredo Stoffel. Além do Presidente do CRECP já indicado, que é por inerência o Presidente do CRECP, marcaram também presença os convidados, o Secretário de Estado das Comunidades Dr. José Luis Carneiro, a Assessora do Presidente da República Dra. Maria João Ruela, o Diretor Geral da DGACCP Dr. Júlio Vilela, os deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Europa Paulo Pisco e Carlos Gonçalves, o Adjunto do SECP Dr. Álvaro Esteves, Dra. Ana Cristina Ribeiro, Elvira Barata e ainda todas(os) as(os) Conselheiras(os) das Comunidades eleitos pelo Europa: Sonia Oliveira (Suíça), Luísa Semedo (França), Iolanda Viegas (Reino Unido), Sandrine Carneiro (França), Domingos Pereira (Suíça), Amadeu Batel (Suécia), Pedro Rúpio (Bélgica), David Borges (Andorra), Rui Barata (Estrasburgo), Sérgio Tavares (Reino Unido), João Veloso (França), Manuel Machado (Alemanha), José Loureiro (Alemanha), Manuel Cardia (França), António Capela (França), Nelson Campos (Alemanha), Raúl Lopes, (França), António Cunha (Reino Unido), Manuel Figueira (Suíça), Rogério Oliveira (Luxemburgo), Custódio Portásio (Luxemburgo) e Paulo Marques (França).

Abertura de sessão: 9:30 horas

O Presidente Alfredo Stoffel, cumprimentou e fez os agradecimentos aos convidados e a todas(os) as(os) presentes; agradeceu também o convite que lhe foi feito para estar em Genebra, onde participou no evento de reconhecimento e Homenagem a Aristides de Sousa Mendes, O Cônsul de Bordéus. Felicitou o Conselheiro Paulo Marques (França) pela sua nomeação para o Conselho Geral da RTP. Felicitou o Conselheiro Amadeu Batel (Suécia) pela sua nomeação para o Conselho Nacional de Educação.

Aos convidados que se dignaram a assistir a esta reunião do CRECP ressalta que a sua presença é uma honra para o CRECP.

Agradeceu o precioso trabalho e o apoio excepcional, da Dra Ana Cristina Ribeiro, da D^a Elvira Barata, e do Dr. Álvaro Esteves. A interacção entre a direcção do CRECP e os seus membros, salvo as excepções mencionadas poderia e deveria ter sido bastante melhor;

Do discurso de abertura do Presidente do CRECP há que salientar:

“...enviei vários emails a convidar ao diálogo que não mereceram sequer, da maioria de vós, uma resposta. Estamos como CRECP desarticulados? Sim, estamos!! [...]; A visão estratégica de mais valia para as comunidades Portuguesas da Europa não existe para a maioria, infelizmente!



Em contrapartida fazemos um trabalho de “clientismo clubista” ou de “capelinha”, cada um na sua região, muito do agrado do poder político! “Dividir para reinar”- é com esta máxima e numa lógica de interesses, que os nossos governantes, as instituições, os partidos, etc. vêm minando o Conselho das Comunidades Portuguesas.

- *Nas nossas regiões estamos dependentes da “boa vontade” dos diplomatas;*
- *No relacionamento com o Estado Português estamos dependentes da boa vontade dos interlocutores;*
- *No planeamento das nossas actividades estamos dependentes da nossa própria capacidade financeira - se bem que o financiamento do CCP deva ser assegurado pelo Estado Português/Governo da República; os Conselheiros já oferecem o seu tempo livre, as suas férias, a sua boa vontade e o seu empenho – não devem portanto ser penalizados com as despesas inerentes ao cargo. “*

A interacção entre os conselheiros delegados ao Conselho Permanente e às Comissões Temáticas tem que ser substancialmente melhorada. No Conselho das Comunidades Portuguesas ninguém aje em causa própria (pelo menos devia ser assim.....), no entanto, ninguém (fora os delegados ao CP/CT) sabe de que forma os temas aparecem e quem lhes dá prioridade; esta situação é insatisfatória! Permita-se um exemplo – CT Ensino do Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social, da qual eu e o Paulo Marques, somos membros suplentes. Até à data não houve uma troca de informações sobre os temas que norteiam esta Comissão Temática.

Devemos no entanto questionar o porquê desta desarticulação!

Em primeiro lugar dar primazia a uma linha de orientação que norteie todas as actividades com fins programáticos e generalizados por exemplo(que temas devem ser abordados no CP e nas CT’s e sobre os quais devem ser elaborados estudos?) Que linhas de orientação, comuns a todos os países temos nós ? A pedra basilar do CRECP é a captação de sinergias para situações globais deixando as especificidades locais para as Secções Locais..... e mais haveria para dizer...).

O financiamento do CCP e a sua autonomia financeira é um assunto que tem obrigatoriamente de ser discutido.

O assunto do “ estatuto do conselheiro” é um tema que não pode nem deve ser menosprezado. Aconselho portanto que os Órgãos do CCP entre si e depois com os restantes Conselheiros, tenham uma maior interacção e fomentem um maior diálogo para que, num plano mais alargado, numa perspectiva de visão global das Comunidades possamos estar unos e coesos (mesmo dentro das diversidades ou diferenças que existam nos países de acolhimento) perante as nossas autoridades ou outros interlocutores nacionais.

Antes de passarmos á fase seguinte quero só falar de uma situação: Como é do vosso conhecimento através de um MEMO que o Sérgio Tavares e eu enviámos em Novembro de 2016, estivemos durante dois dias em Lisboa e mantivemos uma maratona de conversações com :



- Os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República
- Com o Camões IP (Dra Mariana Arroja de Dr. Rui Vaz)
- Com o Chefe de Gabinete e com o Assessor do SECP
- Com a Assessora do Presidente da República para a Comunicação Social e Comunidades

O Presidente do CP do CCP, foi por gentileza, informado das nossas intenções e dele recebemos a informação (e-mail) que ele endereçou aos membros do CP com o seguinte conteúdo: “ os conselheiros Sergio Tavares e Alfredo Stoffel, a quem agradeço o esforço de sempre, estarão nos próximos dias, em nome do CCP e junto ao SECP e aos Grupos Parlamentares a tratar da viabilidade para aumentarmos o valor atribuído no OE 2017 ao CCP”.

Num comportamento desleal, mesquinho, sem conhecimento de causa, e sem se aconselhar com Presidente do CP do CCP, o vice-presidente do CP do CCP enviou um e-mail, cujo conteúdo principal visava denegrir a imagem dos Conselheiros Sergio Tavares e Alfredo Stoffel. Esse e-mail foi endereçado:

- a José Luis Carneiro (SECP), Secretariado da Direcção Geral, Secretariado da DGACCP, a Ana Cristina Ribeiro (DGACCP)
- em “cc “ a Flávio Martins, Manuel Coelho, Álvaro Ribeiro Esteves e Vítor Pinto
- em “bcc” a um determinado grupo de pessoas que desconhecemos

“Os Conselheiros das Comunidades Portuguesas Sergio Tavares(eleito pelo Reino Unido) e Alfredo Stoffel (eleito pela Alemanha), não representam nem fazem parte do Conselho Permanente. Os Conselheiros Sergio Tavares e Alfredo Stoffel são um exemplo de tudo o que um conselheiro e o CCP não deve ser.”

Quero deixar aqui bem claro para aqueles que estão presentes ; todos nós (cada conselheiro por si) temos a legitimidade, em conformidade com a lei que rege o CCP, para sermos interlocutores entre as comunidades que nos elegeram e os Órgãos de Soberania, também temos a legitimidade para falarmos dos temas que dizem respeito ao nosso trabalho, com os membros do governo ou com os técnicos administrativos. Convém no entanto um aconselhamento com os órgãos do CCP para evitar discussões contraditórias ou tomadas de posição que possam ser consideradas contraproduativas.

Agradeço ao Presidente Flávio Martins a tomada de posição que tomou a nosso favor, pela confiança que depositou em nós, assim como pelo pedido de desculpas que apresentou em nome do CP do CCP.”



Intervenção do SECCP:

Secretário de Estado das Comunidades Dr. José Luis Carneiro agradece o convite e cumprimentou todos os presentes.

Começou por falar na sua agenda, na quantidade de atividades e eventos a realizar e que por esse motivo existe uma limitação quanto à sua disponibilidade; mesmo com uma agenda sobrecarregada foi possível atender ao nosso convite. De seguida falou sobre o Balanço das Actividades em 2016 e do que está em curso para o ano de 2017; formulou a vinculação do Governo com os compromissos relacionados com as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Agradeceu a todos os conselheiros da África do Sul, pela excelente companhia e apoio durante o tempo de estadia nesse país. Confirmou que existe um reforço da língua portuguesa em diversos países; não esqueceu a Europa onde existe uma grande capacidade de acção.

De 21 de Março a 26 de Março marcará presença em Macau na primeira reunião do Conselho Regional dos Conselheiros das Comunidades da Ásia e Oceania. No final do mês de Março estará no Brasil mais concretamente em São Paulo para a inauguração da nova loja do cidadão. Defende que o diálogo institucional existe e com perspectivas de um melhor aprofundamento. Em relação aos assuntos consulares no que diz respeito à Europa, está-se a tentar fazer um reforço dos recursos, dos meios consulares, para estagnar a perda e recuperar os recursos que foram perdidos nestes últimos 20 anos; esse reforço visará medidas de modernização e de novas tecnologia. Existe um projeto para cerca de 21 países e ainda a possibilidade de abrir novos postos consulares, tudo dependendo ainda da autorização do Ministro da Finanças e do respectivo financiamento. O **Registo Viajante** é uma nova aplicação para telemóvel (alerta em trânsito). Em caso de circunstâncias graves actua como um mecanismo de (SOS); pode encontrar este App no GoogleAppstore.

Próximo objectivo, o Ato Único de inscrição consular, em Barcelona, avança até Julho projecto-piloto que permitirá aos emigrantes tratarem de assuntos oficiais sem irem ao consulado, podendo mesmo do próprio domicílio aceder a vários tipos de prestações de serviços. Quando o projecto ficar concluído poderá de imediato ser aplicado nos outros consulados.

Em Paris existe o espaço do cidadão.

Em São Paulo no Brasil o espaço do cidadão está pronto a funcionar. Também em Bruxelas e em Londres há uma forte possibilidade de vir a existir o espaço do cidadão.

Modernização/Plataforma/Ensino da língua Portuguesa, modelo adotado pelo Instituto de Camões juntamente com a Porto Editora que permite a aprendizagem da língua Portuguesa online.

Também existem várias iniciativas em negociação, para o progresso de integração do ensino da língua Portuguesa no plano escolar de diversos Países. Por exemplo no Luxemburgo o Ensino é da competência dos Municípios. O Governo do Luxemburgo comprometeu-se a não alterar o modelo de integração do português nas escolas do Luxemburgo.



Em Caracas existe um acordo com a Universidade, onde os professores estão integrados no sistema de ensino.

Na Universidade de Estrasburgo e no Colégio existe ensino do português equivalente ao 9º ano de escolaridade. Escola bilingue em Londres, também uma questão relacionada com o ensino da língua portuguesa. Necessidade ainda de realizar um trabalho de maior divulgação da língua portuguesa para poder alcançar os objectivos da língua ser considerada bilingue.

Associativismo:

Passou a ser feito por decreto regulamentar. Está integrado na administração dos Negócios estrangeiros, por despacho do secretário de Estado. De entre as prioridades encontra-se em destaque " O movimento Associativo" e a "Participação política, a qual está em análise e debate, a modalidade de recenseamento automático. Há situações técnicas a verificar ainda, matéria em curso, revisão de Juridições Consulares. Levantamento de base de dados de recenseamento que está em análise, para avaliação de locais para abertura de mesas eleitorais. Gabinetes (voto electrónico) objectivo político que enfrenta dificuldades para colocar em prática devido á complexidade tecnológica, dimensão constitucional e uma ampla divergência entre os partidos nesta matéria. Não chegando a Consenso. Continua a existir outro meio de voto, esse por correspondência.

Lei da Nacionalidade

Entregue ao Ministério da Justiça, em consulta até fim de Março 2017.

Trata-se de facilitar o processo de "nacionalização dos netos"; procura agilizar, introduzindo critérios de vinculação á comunidade nacional oriundas de países onde a língua oficial é portuguesa.

Gabinetes de apoio ao Emigrante: 31 novos gabinetes foram criados em território nacional, distribuídos de Norte ao Sul; no total existem cerca de 131 Gabinetes de Apoio ao Emigrante em Portugal. Há um bom intercâmbio entre os representantes dos diversos Gabinetes para troca de ideias e pareceres.

Existência de uma base de dados para empresários portugueses. Hoje o número de portugueses que se relacionam no dia a dia com a nossa realidade e que nós conhecemos na base de dados do nosso "**Clube de Amigos**" distribuídos por 90 países. Somos sistematicamente solicitados pelos portugueses empresários, professores, luso-descendentes, luso-eleitos, associações, órgãos de comunicação, etc... a interagir com a sua realidade dinâmica de diferentes Países. Iniciativa de criação de rede, intercâmbio, entreadajuda, toda uma vasta rede de informação em prol dos empresários.

O Portal das Comunidades Portuguesas é um *site* que contém todas as informações, abrange várias áreas, diversos assuntos sobre questões como : Diálogo com a comunidade, dificuldades da comunidade, questões da dupla tributação, segurança social, o ensino da Língua portuguesa, tutela de menores, todos os assuntos consulares relacionados á comunidade, Conselho das Comunidades, enfim um vasto banco de dados de informações



úteis a todas as portuguesas e a todos os portugueses. O Governo português segue uma linha de aperfeiçoamento em relação ao apoio e orientação das comunidades portuguesas.

As Embaixadas e os Consulados estão em sintonia com os Conselheiros, existem os Conselhos Consultivos.

Em relação ao Orçamento para o CCP foi pedida compreensão pelo facto da frágil situação do País. Afirma que o Governo está a dar conteúdo á Lei. Apelou ser necessário haver critérios no uso de dinheiros, determinar o modo como utilizar os recursos disponíveis. Poder fazer um levantamento de apoio financeiro em caso de necessidade de desenvolvimento de trabalhos, ou projectos. É da opinião que devia ser o CCP (corpo directivo) a gerir o Orçamento, a ter uma certa autonomia e responsabilidade. Segundo o seu apelo, informou que as viagens quando adquiridas pelos Conselheiros podem chegar a uma redução de cerca de 80% dos custos, para o Governo. Por volta de Outubro o encontro das comissões temáticas.

Proposta da Ordem de Trabalhos (OT) (apresentada aos Conselheiros)

Votação da OT: a Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Apresentação de um Plano de Acção Comum para o triénio 2017 - 2019 para o CRECP que será discutido na segunda parte do encontro; este programa, elaborado no último CRE (em função até 2008) foi atualizado de modo a dar continuidade ao trabalho de anteriores conselheiros.

De seguida, dando continuidade ao programa, foi feita a retrospectiva 2016 do delegado ao Conselho Permanente (Pedro Rupio)

Conselho Regional da Europa: apresentação das atividades do Conselho Permanente

1. Nota sobre funcionamento da rede consular – Junho de 2016
 - Funcionamento dos Conselhos Consultivos
 - Falta de contato com os Conselheiros
 - Ocupar os postos de trabalho e capacitar os trabalhadores, serviço eficaz de aconselhamento jurídico e social, expansão e a melhoria do sistema de agendamento automático pela Internet, pagamento pela Internet ou de terminais de pagamento eletrónico nos consulados.
2. Pedido de parecer da comissão de negócios estrangeiros e comunidades portuguesas sobre os projetos de lei do PCP e BE que têm como objetivo a revogação da propina no EPE – Julho de 2016

O Conselho Permanente manifestou-se favoravelmente à revogação da propina sob base dos dispositivos constitucionais que apontam para a gratuidade do ensino mas também sob base do princípio de igualdade pois não se entende por que razão os jovens portugueses residentes no estrangeiro se vêem discriminados com esta



medida tendo em conta que os jovens residentes em Portugal não pagam propina para o ensino básico e secundário.

3. Nota enviada à DGACCP sobre o novo formulário de apoios dessa DGACCP (várias propostas pelos membros do CCP. Como estão a ser analisadas essas propostas pela DGACCP?) e sobre orçamento disponibilizado pela DGACCP para as reuniões anuais dos Conselhos Regionais, Comissões Temáticas e do Conselho Permanente. – Agosto de 2016
4. Moção de repúdio sobre divulgação de dados pessoais relativamente à orientação da DGACCP para libertação de dados pessoais dos utentes, por ser indevida e inconstitucional, tendo em vista que essas repartições públicas não devem facultar tais dados, e qualquer divulgação só é admissível, excepcional e pontualmente, se autorizada prévia e expressamente pelo respectivo utente. Agosto de 2016.
5. Nota sobre funcionamento dos postos consulares: lançamento de concursos para a contratação de 60 funcionários insuficiente para colmatar as lacunas existentes. É necessário um indispensável maior esforço para que o Governo da República tenha uma atenção particular nesta questão na preparação do próximo Orçamento de Estado. Agosto de 2016.
6. Resposta do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Instruções dadas para funcionamento dos conselhos consultivos. Solicitação de informação aos postos consulares para compreender o não funcionamento. Manutenção de diálogo com os Conselheiros e instruções à Embaixada para que Conselheiros tenham direito a informações sobre questões das comunidades portuguesas. Funcionários têm cursos online e recebem gravações. SECP concorda com problema da rede consular. MNE fará os possíveis para abrandar deterioração. Agosto de 2016.
7. Ofício à SECP e DGACCP sobre orçamento do CCP em 2017, dos recursos orçamentários às reuniões das Comissões Temáticas, dos Conselhos Regionais e de outros Colegiados do CCP (Secções e Sub-Secções). Outubro de 2016.
8. Novo ofício à DGACCP tendo em conta a ausencia de resposta (ver ponto 3). Outubro de 2016.
9. Nota enviada ao MNE e SECP sobre validade dos BI. Outubro de 2016.
10. Ofício à Presidência da República. Temas de desenvolvimento comum entre este Colegiado e o Conselho da Diáspora nomeado no âmbito dessa Presidência: organização de um encontro de ambos os Conselhos, para analisar, discutir e anunciar medidas a desenvolver pelo Estado português no sentido de promover (1) o reconhecimento da Diáspora como um vector estratégico à afirmação e projecção económica de Portugal; (2) a defesa da inclusiva e verdadeira igualdade dos portugueses residentes fora do país; (3) a definição de uma política global à Diáspora em princípios que defendam os direitos linguísticos, educativos, culturais,



identitários, cívicos e socio-económicos; (4) a promoção da participação cívico-política na Diáspora. Dezembro de 2016.

11. Resposta SECP sobre BI. 2015: 273.687 cartões de cidadão emitidos no estrangeiro. 2016: 596 BI (0,5% do total).

12. Regulamento de atribuição de apoio da DGACCP. Propostas dos Conselheiros pertinentes, estudo sobre viabilidade jurídica.

Paulo Marques

Falou sobre o encontro de jovens, Conselho da Juventude.

Conselho de Opinião da RTP do qual faz parte desde Novembro 2016 não havia nenhum representante na RTP. (O órgão inclui agora um representante das Comunidades Portuguesas). Encontro 6 a 7 vezes por ano. O Presidente do Conselho de Opinião convida a presença das Comunidades. Existe uma boa liberdade de expressão junto dos elementos da RTP, uma preocupação e um cuidado em relação á comunidade portuguesa. Possibilidades de melhor acesso da comunidade junto da RTP/RDP, para uma melhor divulgação de assuntos e temas relacionados ás comunidades , basta entrar em contato com o Paulo Marques por e-mail ele pode intervir e divulgar os assuntos na RTP.

Amadeu Batel

O CRCPE e a retrospectiva de 2016

Competências dos Conselhos Regionais e quando existam, as secções locais : Artigo 39-C ;

- Debater e deliberar sobre os documentos que para o efeito lhe sejam submetidos
- Emitir parecer sobre as políticas relativas às comunidades portuguesas ; eleger, anualmente, um presidente e um secretário

Pormenorizar uma retrospectiva a partir do cumprimento das competências atribuídas ao CRE:

- Inexistência de um Programa de acção do CRE e do Conselho permanente
- A falta de uma perspectiva comum a todos os conselheiros do CRE; que perspectiva em relação a objectivos programáticos; uma perspectiva individual por cada um dos conselheiros, de cada uma das secções?
- Como tratar das consultas e debater e deliberar sobre documentos, que estrutura organizativa existe para o efeito?
- Que pareceres sobre as políticas para as comunidades ? Os pareceres comuns ao conjunto das comunidades na Europa e/ou de cada comunidade em particular ? Neste contexto importante refletir sobre a falsa questão (mito) das diferenças existentes entre as comunidades na Europa.
- Que pareceres e estudos podem ser elaborados, desenvolvidos pelas comissões temáticas?
- Que recursos financeiros se deve dotar o CRE para ter uma estrutura de funcionamento operativo e funcional, incluindo a sua comunicação externa/interna?



Competências do Conselho Permanente

- a) Eleger anualmente, entre os membros, o presidente, o vice-presidente e um secretário;
- b) Acompanhar a execução das deliberações e recomendações do Conselho;
- c) Coordenar a execução do programa de acção aprovado pelo Plenário;
- d) Elaborar um relatório anual;
- e) Emitir parecer sobre as políticas relativas às comunidades portuguesas ;
- f) Tomar conhecimento de todas as consultas feitas ao Conselho ;
- g) Assegurar as ligações entre os conselhos regionais e as secções e subsecções

Problematizar a representação do CRE no CP à luz das questões abordadas anteriormente acrescentando:

- A falta de coordenação entre os representantes;
- As limitações de um modelo de reunião on-line ;
- A frágil estrutura de funcionamento do Conselho permanente; a restrita participação nos trabalhos do órgão;
- A centralização de poderes no presidente(tem desenvolvido um bom trabalho);
- O relacionamento entre o Governo e as comunidades portuguesas e a ausência de reconhecimento e direito de contraditório; uma única consulta "lei dos Netos"; uma consulta da comissão parlamentar dos Negócios Estrangeiros e comunidades portuguesas(cobrança de propina); a insuficiente dotação orçamental afetada aos órgãos do CCP e a proposta de ser o CP a gerir o respetivo orçamento; autonomia sem recursos;
- Analisar a moção de repúdio enviada ao Governo;
- A participação no Conselho Nacional de Educação (Amadeu Batel) e no Conselho Geral da RTP (Paulo Marques);
- A proposta do PSD para integrar dois membros das comunidades no Conselho Económico e Social;
- A representação do CRE, nos órgãos directivos do CP: decisão sobre a nossa representação em 2017

Outras questões a abordar:

A proposta de reunião entre o Conselho da diáspora e o Conselho permanente por iniciativa do Presidente da República.

- Temas a abordar para uma parceria entre os dois conselhos
- A conceito defendido pelo Presidente da República sobre a diáspora: as três diásporas.



O acerto de contas do SECP após um ano de mandato (as cinco prioridades)

1. A proteção e o apoio consulares;
2. Os esforços destinados a promover o ensino da língua portuguesa no estrangeiro;
3. Definição de novos critérios e de novas regras de apoio ao movimento associativo;
4. O lançamento dos gabinetes de apoio ao emigrante;
5. A necessidade permanente de manter um diálogo com os representantes das diferentes comunidades(reforço dos conselhos consultivos);

Artigo 34:

Comissões Temáticas

Reúnem uma vez por ano (.....)

Uma comissão trata das **questões sociais e económicas e dos fluxos migratórios**

Outra **do ensino do português no estrangeiro, da cultura, do associativismo e da comunicação social**

Uma terceira trata das **questões consulares e da participação cívica e política**

As comissões temáticas têm por missão elaborar relatórios e estudos sobre matérias específicas das suas áreas a submeter ao plenário ou á reunião do Conselho permanente. Que estudos e pareceres devem ser prioritários no respeitante a nossa área geográfica (região) e eventualmente comuns a outras regiões? Quando apresentá-los? Pertinência e relevância da sua apresentação ao Conselho permanente (em 2018)? E como pode este Conselho operacionalizar medidas propostas??

Antonio Cunha(Inglaterra)

Faz apelo para que o SE, conceda aos Conselheiros algum tempo disponível. É necessário que os Conselheiros possam fazer chegar a sua mensagem ao Secretário de Estado. Serviços Consulares, os funcionários não suportam as cargas horárias, não suportam a pressão (não podem estar de baixa). Houve uma entidade Inglesa, que informou o Conselheiro duma situação muito precária que viveram uma família portuguesa, que foi encontrada a dormir debaixo de uma ponte. Existe pouca assistência a nível social. Não houve ajuda da parte das Autoridades Portuguesas. Quem ajudou foi a comunidade e não as Autoridades. Também em relação á petição “ Também somos portugueses” não existiu muita cooperação da parte dos colegas Conselheiros. Falta de União e cooperação.

Amadeu Batel(Suécia)

Não existe suficiente interacção entre o Governo e o CCP, não há poder contraditório em relação às nossas reivindicações. Falou sobre o plano de acção PAC, como instrumento de orientação de trabalhos, uma linha de acção comum a todo o CRE, para que não existam divergências entre regional, local e global.



Manuel Machado(Alemanha)

Questiona enquanto CRE, como devemos agir a nível Regional, local ou global ?

Pois há Conselheiros que não dão apreço ao trabalho desenvolvido de modo Regional, nem local, só a nível global. É da opinião que uma situação não impede as outras.

João Veloso (França)

Falou das dificuldades que enfrenta a Comunidade no que diz respeito ao atendimento no consulado em Lyon. Devido ao facto de funcionários estarem doentes e não haver reforço de recursos humanos. A região de Lyon tem cerca de 30.000 portugueses. O Consulado não corresponde às necessidades das comunidades portuguesas.

Antonio Capela (França)

Há um ano atrás fez um apelo ao SE, inclusive uma petição que foi entregue ao SE pedindo apoio para resolver a situação em relação ao Consulado em Toulouse.

Sérgio Tavares(Reino Unido)

Fez a sugestão de haver a necessidade de contradizer, saber reivindicar, saber exigir. Também mencionou que existe pouca informação sobre os planos de trabalho do CP, não existe um esboço, um plano de acção da parte do CP, para que possamos tomar conhecimento dos assuntos a ser tratados ou preocupações ou propostas mais concretas.

Rogério Oliveira(Luxemburgo)

Comentou que é importante a presença do SE no Luxemburgo. Existe uma perturbação no Ensino da língua portuguesa no Luxemburgo. É preciso muito mais apoio do Governo. O projeto que existe, do qual o ensino da língua portuguesa está integrado nos programas de ensino no Luxemburgo, não está a funcionar. Também mencionou a falta de informações, no que diz respeito a legalizar um carro em Portugal. Importante também saber quem tem bens imobiliários em Portugal, como se processa a situação dos impostos sobre os imóveis.

Rui Barata(Estrasburgo)

Na sua intervenção falou da importância das conclusões, do fixar de objectivos e no reforço de apoio que possamos vir a ter depois destes dois dias de trabalho. Questiona o CP, neste caso os membros do CP, que se encontravam presentes. Sobre, qual a importância da petição "Também somos Portugueses", qual a posição do CP em relação á petição, que actividades ou acções foram realizadas em prol da mesma.

Pedro Rupio(Bélgica)

Em resposta sobre a petição "Também somos portugueses" o Presidente do CCP emitiu um comunicado no qual exprimiu todo o seu apoio, inclusive apelou a todas e a todos para que se divulgasse a petição e fosse feito um esforço para que se reunisse o máximo de assinaturas.



José Loureiro(Alemanha)

Secções locais/Secções regionais

A informação deve chegar á secretaria do Secretário de Estado. Ofícios e pareceres. Não devemos ficar á espera do CP para poder transmitir as nossas mensagens e pareceres, ao SECP.

Manuel Cardia(França)

Comentou que a relação do CP/CCP deve ser uma preocupação local, devido ao facto de que os problemas e as necessidades para com a comunidade portuguesa, serem do conhecimento do presidente das Associações.

Alfredo Stoffel(Alemanha)

Tendo em consideração a petição “ Também somos portugueses” foi escrito um e-mail a José Silveira, a convidá-lo para assistir á reunião do CRE. Desculpou-se pois não pôde estar presente, mas manifestou a sua disponibilidade de ajuda através de contato telefónico. O CCP é Conselho base, partilha a mesma opinião do Colega Cardia Lima, base das secções locais, tem de haver apoio das instituições e um trabalho de acção no local.

Carlos Gonçalves(Deputado da Europa eleito pela Emigração)

Intervenção:

Existe uma tradição a qual refere, que os Deputados eleitos pelo círculo da emigração da Europa devem estar presentes nas reuniões do CCP e CRE. Visto que fazem parte da Assembleia da República. No futuro há que ter em consideração este assunto e fazer valer a lei, pois existe a interacção do parlamento com os Deputados. Manifestou a sua admiração quanto ao facto de não ter sido convidado para a cerimónia de abertura da reunião do CRE. Naturalmente os grupos parlamentares podem ser convidados com a simples função de observadores ou de orientação.

O CRE devia reunir na Assembléia da República em contato directo com os Deputados. Devia estar colocado sob a competência da Assembléia da República. Para assim poder ter o contato directo com os Deputados e junto destes, poder apelar ao cuidado dos diferentes assuntos que devem ser conjuntamente discutidos em prol das comunidades portuguesas espalhadas pela Europa. Existe a necessidade da experiência da base, quem está mais próximo das comunidades, da fluência de informações referentes a todos os assuntos relacionados com as comunidades portuguesas. A importância de testemunhos reais e a experiência no terreno. A importância da interacção dos grupos parlamentares e do CRE.

Pausa:



Abertura de sessão:

Retrospectiva 2016 dos Delegados à Comissão Temática, das Questões sociais, económicas e dos fluxos migratórios

Manuel Figueira/ Manuel Cardia (Suíça, França)

Foi feita uma explicação em relação ao funcionamento desta comissão temática. Existem problemas de estrutura, de coordenação e de contato, pois o Presidente desta comissão encontra-se na Venezuela, o que dificulta muito o funcionamento da mesma. Por falta de meios não foi possível desenvolver qualquer atividade a nível de Comissão temática. O que se pôde desenvolver foi a nível local onde cada Conselheiro junto das Comunidades vai prestando o seu apoio e desenvolvendo o seu trabalho, as suas atividades em benefício da comunidade portuguesa.

Retrospectiva 2016 dos Delegados à Comissão Temática do Ensino do Português no Estrangeiro, da cultura , do associativismo e da comunicação Social

David Borges(Andorra)

Informou que devido ao facto da distância também não houve reunião em conjunto. Falta de recursos. Pede aos presentes Conselheiros, que se queiram manifestar em relação ao tema, pois precisa de opiniões.

Custódio Portásio(Luxemburgo)

Falou sobre um relatório, que contém vários tipos de informações. Está mais ou menos informado pois fez um apanhado de todas as informações que foi recebendo. Também informou que não existiu ainda nenhuma reunião.

Retrospectiva 2016 dos Delegados à Comissão Temática, das Questões Consulares e da Participação Cívica e Política

Sérgio Tavares(Reino Unido)

Falou sobre a fuga de informações relativas ao CCP, que foram parar fora do foro do CCP.

Grupo:

José Duarte Alves (Presidente)

Rui Barata (Secretário)

Sérgio Tavares (Reino Unido)

Paulo Martins

António Sampaio

Vasco Abreu (ausente)

Rui Barata(Estrasburgo)



Retrospectiva dos Trabalhos realizados de 2015/2017

Reuniões

Reunião 1 – Quinta-feira, 28 Abril 2016 em Lisboa

- Instalação e tomada de posse da nova Comissão
- Aprovação do Regulamento Interno da comissão

Reunião 2 – Terça-feira 14 Junho 2016 (Skype)

- Definição do funcionamento das reuniões da comissão à distância

Reunião 3 – Sexta-feira 15 Julho 2016 (Skype)

- Envio Previsão Orçamental da Comissão CCPCP ao CP e proposta de datas para agendar a reunião à SECP
- Profunda reflexão sobre os meios de comunicação da Comissão do CCP (Facebook, mailling, Skype, etc...)
- Debate sobre a importância do CCP associar-se ao Movimento TAMBEM SOMOS PORTUGUESES
-

Reunião 4 – Quarta-feira 3 Agosto 2016 (Skype)

- Recomendação da CCPCP - Novo Regulamento de atribuição de apoios DGACCP
- Posição da CCPCP - Nota de Apoio à Participação Cívica
- Posição da CCPCP - Consulados abrem dados pessoais a terceiros

Reunião 5 – Sábado 10 Setembro 2016 (Skype)

- Nota da CCPCP - relativa ao Modelo de Eleição - 10/09/2016
- Evocou-se o papel dos GAE e a falta de comunicação sobre eles
- Abordou-se o problema da falta de comunicação e partilha de informação da SECP com os Conselheiros (episódio do 10 de Junho 2016)

Reunião 6 - Sexta-feira 28 Outubro 2016 (Skype)

- Discussão sobre a falta de OE 2017 para as comunidades, verba prevista para o CCP de 70 000€ a 110 000€.
- Estatuto do Conselheiro
- Reflexão sobre o presente e o futuro do CCP, com visibilidade para redigir uma nota sobre esta matéria

Reunião 7 - Quinta-feira 17 Novembro 2016 (Skype)

- Nota do CCPCP - sobre as fragilidades na comunicação do CCP
- Moção de repúdio relativamente ao OE 2017
- Validação do CCPCP do Projecto de Estatuto do Conselheiro/a das Comunidades Portuguesas

Reunião 8 - Quinta-feira 15 Dezembro 2016 (Skype)

- Discussão demissão dos Conselheiros Antonio Sampaio e José Sebastião

Reunião 9 - Quinta-feira 19 Janeiro 2017 (Skype)

- Discussão sobre a rede consular e acções a efectuar junto do CCP

Reunião 10 - Terça-feira 21 Fevereiro 2017 (Skype)

- Resposta ao pedido da SECP de adiamento da reunião anual da comissão do CCPCP para o mês de Outubro
- Nota Questionamento sobre os atrasos nos pedidos de Nacionalidade Portuguesa

Reunião 11 - Terça-feira 21 Março 2017 (Skype)

- Reflexão sobre a rede consular



- Reflexão sobre a presença do CCP nos Órgãos Consultivos ou Observatórios Nacionais, tais como : Conselho Económico e Social, Observatório da Emigração / Migrações, Observatório da Cidadania, etc...

Estatísticas em 10 reuniões realizadas :

- Em média 5 conselheiros estão presentes nas reuniões, dos 7,
- A duração média de cada reunião é de 2h45. Num total de 22h45 de reuniões, realizadas em 11 meses (Abril 2016 a Março 2017),
 - 6 Notas foram enviadas,
 - 1 Moção de repúdio relativa ao OE 2017 para as comunidades,
 - 1 Elaboração Proposta de Estatuto de Conselheiro/a,
 - 1 Recomendação

Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica (CCPCP)

Após reflexão sobre o Estatuto do Conselheiro e Conselheira das Comunidades Portuguesas, a Comissão para os Assuntos Consulares e da Participação Cívica e Política (CCPCP) propõe para consideração do CP a seguinte proposta :

Projecto de ESTATUTO CONSELHEIRO/A

- 1) Considerando alguma indefinição, por um lado, e algum vazio de critérios por outro, nos artigos 28 e 29 da lei 66-A/2007, e as alterações introduzidas na lei 29-2015, que dão base ao Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e aos deveres e direitos dos conselheiros/as;
- 2) Considerando os inumeros casos de insuficiente relacionamento com as entidades portuguesas, nomeadamente com postos consulares e embaixadas, referidos e apontados por vários conselheiros/as, no exercicio estrito da sua função e ao abrigo da lei;
- 3) Considerando ainda que a total organica e funcionamento do próprio CCP está total e exclusivamente dependente da operacionalidade do conselheiro/a;
- 4) E considerando ainda que o CCP será tanto mais credível, mais dignificado e com mais visibilidade, tanto no seio das comunidades portuguesas, como ainda em Portugal, nomeadamente junto dos vários organismos públicos e políticos, quanto mais dignificado for o cargo de Conselheiro/a;

Propõe-se a redefinição das atribuições do conselheiro/a, reescrevendo as suas competências e os seus direitos enquanto deputado civil do órgão mais representativo das comunidades portuguesas – O Conselho das Comunidades Portuguesas.

Assim:

- 1– ao Conselheiro/a deve ser atribuido o estatuto de deputado (com a denominação que melhor enquadrar a sua posição), com as inerências respectivas;
 - a) ser-lhe atribuido um passaporte oficial de serviço e um cartão oficial de identificação com os simbolos da República, passado pela Assembleia da República (AR);
 - b) de forma concomitante, aceder aos serviços da AR e ter livre acesso aos transportes públicos de Portugal, quando ali se deslocar em serviço;



c) - ser recebido pelos órgãos oficiais (em Portugal e nas comunidades onde residir) sempre que o solicite;

d) ser compensado monetariamente, com base nas verbas idênticas aos deputados, quando atenda reuniões de trabalho em Portugal;

f) No que concerne ao Orçamento, o mesmo deve suprir também as despesas justificadas pelo conselheiro/a relativamente à sua actividade, tendo em conta o nível dimensional e económico da sua área de jurisdição.

2 – Nas políticas orientadas para as comunidades:

a) O conselheiro/a terá que ser ouvido atempadamente, quer pelas autoridades em Portugal, como pelos serviços consulares e embaixadas da sua área de jurisdição, sobre quaisquer assuntos relacionados com a comunidade que representam;

b) O Conselheiro/a terá que ser consultado pelas entidades legislativas de Portugal sobre todas as matérias e políticas orientadas para as comunidades;

c) Os quatro órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais) e os órgãos de poder político (regiões autónomas e autarquias), bem como os diplomáticos devem providir às inquirições provenientes dos conselheiros/as, num prazo de tempo razoável de acordo com o assunto em apreço, cabendo ao conselheiro/a a prerrogativa do reencaminhamento para instâncias superiores;

d) O Conselheiro/a terá assento por inerência nos Conselhos Consultivos, onde estes existirem.

Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica (CCPCP)

Recomendação relativa ao modelo de eleição – 10/09/2016

A Comissão para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política, reunida no Sábado, dia 10 de Setembro de 2016, deliberou enviar ao Conselho Permanente do CCP a seguinte Nota relativa à necessária reforma do «Modelo de eleição»:

Pontos prévios :

A comissão entende que deve ser garantido :

- Alinhamento de todos os atos eleitorais (correspondência ou presencial) com a variante eletrónica;

- Unicidade da gestão dos cadernos eleitorais, apontando para um sistema electrónico.

Posto isto, seguem inumeradas as recomendações da comissão do CCPCP :

1. Assumir como clara prioridade política a adoção do voto eletrónico, enquanto voto descentralizado.

2. Até à concretização do ponto 1, deveremos reformar e aperfeiçoar o sistema de voto postal, adotando o seguinte modelo :



- As entidades competentes em Portugal passam a enviar os boletins de voto por mala diplomática para os diferentes círculos eleitorais no estrangeiro.
- Os círculos eleitorais devem em seguida enviar os boletins de voto aos respetivos eleitores, através do seu serviço de correio local.
- O eleitor depois devolve o boletim de voto ao respetivo círculo eleitoral no estrangeiro.
- O respetivo círculo eleitoral fará a descarga e o devido apuramento dos votos e transmite os resultados às autoridades competentes em Portugal.
- O respetivo círculo eleitoral devolve por via de mala diplomática os boletins de voto às autoridades competentes em Portugal.

3. Recenseamento Eleitoral

- Urgente revisão e limpeza dos cadernos eleitorais existentes. (Carência de actualização relativamente aos óbitos, alterações de morada, e portadores de Cartão do Cidadão (CC) emitido em Portugal).
- Recenseamento eleitoral automático aquando de qualquer acto consular, desde a Inscrição Consular à emissão do CC, com a possibilidade do cidadão poder declarar que não quer ser recenseado por qualquer motivo (opt-out).
- Alteração de morada: qualquer alteração na morada do CC implica a alteração da morada do recenseamento eleitoral.
- Qualquer acto consular deve garantir que a morada que consta no CC está atualizada.
- Mesas de voto: manter a primazia das mesas de voto nos consulados.
- Com a finalidade da descentralização das mesas de voto dos Consulados, a subdivisão das mesas de voto deveriam ser estabelecidas previamente para que o cidadão seja informado no ato do recenseamento a que mesa pertence.
- Permitir o desdobramento das mesas, Mesmo que isso implique um custo adicional para o Estado. A democracia não deve em caso algum estar sujeita a restrições económicas.
- Declaração pessoal aquando do recenseamento sobre qual o modelo de voto que pretende, se por correspondência, pessoalmente ou eletronicamente.
- Possibilidade da alteração da morada eletronicamente pelos cidadãos através do site do Ministério da Administração Interna (MAI).

4. Eleições Autárquicas

A CCPCP entente que se deve potenciar a participação dos portugueses residentes no estrangeiro a votarem nas respetivas eleições Autárquicas. Numa visão de aumentar a representatividade dos portugueses residentes no estrangeiro.



A comissão CCPCP considera ainda, que esta reforma do modelo de eleição, é fulcral para aumentar a participação cívica das comunidades portuguesas nos diferentes actos eleitorais.

José Duarte de Almeida Alves

Rui Manuel Ribeiro Barata

Presidente da Comissão

Secretário

Troca de impressões:

Pedro Rupio(Belgica)

Congratulou os colegas pelo magnífico trabalho elaborado, bem especificado, esclarecedor e muito bem apresentado. Falou que o trabalho foi enviado ao CCP e que ficou bem entregue que não há fugas de informação.

Manuel Figueira(Suíça)

Falou sobre listas de pedidos, sobre vários assuntos, inclusive o Orçamento de Estado, que foram entregues às autoridades parlamentares portuguesas, de 2010 em que o valor que foi reivindicado era de cerca de 420.000. Existem tantas recomendações ao Governo. As Leis são para cumprir e meios financeiros existem, existe é toda uma polémica burocracia e uma má vontade de desbolquear as verbas. É da opinião que os Conselheiros não deveriam gastar dinheiro do seu bolso, porque defendem o interesse do CCP e do Governo em relação às Comunidades Portuguesas. Visto que já existe todo um trabalho de voluntariado e muito tempo privado que se investe em prol deste trabalho que não nos é remunerado. Pelo menos para as atividades e para os encontros e eventos a realizar tem de haver financiamento.

Paulo Marques(França)

Problemática do CCP/ as dificuldades do funcionamento

AS Comissões Temáticas têm um valor político positivo e importante no funcionamento do CCP. Parabéns á Comissão Temática, das Questões Consulares e da Participação Cívica e Política. Pela originalidade, ousadia, pela pesquisa, pelo importante tema, disponibilidade dos assuntos consulares.

Alfredo Stoffel(Alemanha)

Parabéns pelo trabalho de pesquisa. No que respeita ao funcionamento do Conselho, recebemos informações contraditórias sob esse assunto. Existe uma apresentação sobre o Orçamento de Estado, a Direcção Geral dos Assuntos Consulares, tem de aprovar, o que foi gasto e o que resta. Há que fazer um levantamento minucioso sobre o valor que existe em caixa.

Sérgio Tavares(Reino Unido)

Sobre o OE, dois detalhes:

Fontes de financiamento, Execução...



Domingos Pereira

Existe um arquivo de toda a documentação produzida pelos Conselheiros e Secretaria de Estado, será que esse arquivo pode ser consultado?? Segundo Dra Ana Cristina Ribeiro, talvez seja possível é preciso averiguar todavia se existe essa possibilidade. A parte financeira está sempre dependente do Orçamento de Estado.

Amadeu Batel

Questão da nova Lei, impossibilita a execução das funções das comissões temáticas. O único assunto que chegou ao CP (foi o Estatuto do Conselheiro). Não temos um plano de acção. Mas desenvolveram um bom trabalho. O CP reúne uma vez por ano falta de pertinência e relevância dessas matérias dentro do CP em relação a estes assuntos, entre estudos e pareceres. Como se vão interligar estas propostas junto do Governo. Temos uma estrutura como meio de comunicação frágil. Problemática das comunidades, nunca houve a vontade de organizar um Arquivo e um secretariado para o CCP. Agora passa tudo pelo CCP antes havia mais comunicação directa com o CRE.

Comissões Temáticas (Presidentes) antes reuniam 4 vezes por ano. Secretariado próprio foi proposto, para poder ter um veículo de coordenação e organização. Arquivos, importância de ter um Arquivo para o CCP, necessidade de estrutura e digitalização para se poder consultar , como base de trabalho, consulta e pesquisa. Deveria haver alguém que se ocupasse disso.

Paulo Marques

Necessário um modelo para as comunidades, reuniões duas vezes ao ano, hoje reivindicase que se seja perito em todas as matérias, não existem meios para podermos desenvolver o nosso trabalho com exatidão, devia de existir uma interacção mais firme.

Custódio Portásio

Falou do Sr. Thierry Hinger. Que talvez possa também adquirir através dele informação que está nos arquivos sobre o CCP. Também há o arquivo da Biblioteca do ME, Ministério dos Negócios Estrangeiros, pode ser que haja a possibilidade de ter acesso.

Rogério Oliveira

Disse que está pela primeira vez no CCP 2016 e continua a insistir, que as comunidades portuguesas, no estrangeiro, têm de ser encaradas como potência económica, com grande aproveitamento económico, de grande mais valia para Portugal. Criar incentivos para captar investimento nas comunidades, por exemplo rever a lei sobre os IRS aplicado nos imóveis para não residentes emigrantes que é atualmente de 28%. Propor algo como Poupança Emigrante. Ensino da língua portuguesa, os responsáveis políticos antes de falarem com as autoridades dos países de acolhimento, sobre esta matéria, promovam contatos com os representantes das Associações de pais, do ensino e representantes das comunidades. O CCP tem de ter mais reconhecimento a todos os níveis, os responsáveis políticos deviam facilitar esse reconhecimento.



Luisa Semedo

Em relação às comissões temáticas é da opinião que se deve profissionalizar a nível local e global. Comissão temática informa o CP e o CP informa o Governo. Todas as estruturas estão interligadas entre o antigo e o novo. Troca mais aprofundada de informações entre o CCP antigo e o CCP recente. A comissão temática responsável, sobre as questões económicas e sociais é de uma importante relevância, devido ao facto dos problemas sociais e económicos que existem no seio das comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo.

Retrospectivas 2016 dos presidentes das Secções Locais

França (10 minutos)

Paulo Marques(Presidente),

Felicitou todos os conselheiros. Na França não houve reunião, devido ao facto de não existir verba, orçamento não ainda foi estipulado, mesmo que possam haver restrições. Houve uma recolha de informações através de meios locais e redes sociais, sobre envelhecimento da população, idosos sem família, houve uma análise que foi executada para obter essas informações. Poder solicitar um acompanhamento de casos de exploração ao nível local e regional. A questão do ensino, a necessidade de mais acompanhamento. Mais campanhas sobre as eleições como método de informação e de esclarecimento. Órgãos da segurança social, deve de haver mais comunicação e informação sobre os assuntos das reformas, ainda há muita gente à espera da reforma sem saber como agir, para poder aceder à reforma.

Luisa Semedo

Lamenta que o secção local não tenha reunido. Importante é o trabalho realizado no terreno, junto das comunidades e para as comunidades. Alertou os presentes para a frágil e precária situação social que existe junto de membros das comunidades portuguesas, desde a solidão, a questões económicas, sociais (...). As novas eleições poderão ser um grave problema para as comunidades espalhadas pelo país visto serem de outras forças políticas. Existe em torno destas situações de precariedade um grande segredo, devido ao facto de existir o sentimento de vergonha, em pedir ajuda ou auxílio.

João Veloso

Em relação ao Consul, segundo pôde verificar ele tem pouco tempo de acção ou seja pouca disponibilidade. O SE tem conhecimento da problemática. O que acha que é de louvar é a ajuda solidária e social entre as comunidades. Existem portugueses que têm de se deslocar de muito longe para poderem ir ao Consulado. Necessitamos mais apoio do Governo.

António Capela

É de lamentar que existam tantos casos de precariedade social junto da comunidade portuguesa. Casos de tamanha dimensão. É da opinião que cabe ao Governo intervir mais cuidadosamente em todos estes assuntos discutidos.



Manuel Cardia

Relação estreita com o Cônsul. Está ao corrente dos problemas sociais que existem no terreno. Os problemas e situações de precaridade que existem são comuns tanto em Lyon como em Paris.

Raúl Lopes

Começou por felicitar Paulo Marques sobre todos os assuntos que mencionou. É presidente da secção local. Disse que não é só por falta de verba ou orçamento que não foi possível organizar a reunião, existem outros valores a serem contabilizados, devia existir mais coordenação e contacto. Para começar deviam avançar com mais contacto.

Sandrine Carneiro

Agradeceu o relatório. Falou sobre o funcionamento do CCP. Considera que todas estas questões e assuntos deviam ser tratadas de país a país, pois não são comuns a todos, devido à distância. Fazer um relatório de todas as questões e situações e transmitir a todos como intercâmbio.

Rui Barata

Falou da pouca interligação com o Consulado. Existem problemas de coordenação. O Conselho Consultivo, não entende porque existe. Necessária uma política de fornecimento de dados, mais informação. Existir mais apoio em prol do trabalho relacionado às comunidades portuguesas.

Retrospectiva 2016, Secção Local Alemanha (José Loureiro, Presidente),

Uma apresentação com duas vertentes, trabalhos elaborados pelos Conselheiros das Comunidades Portuguesas na Secção-Local da Alemanha, em Geral e Individual por círculo eleitoral !

Geral-CCP Alemanha

O ano de 2016, primeiro ano em pleno funcionamento do CCP Secção Local da Alemanha, dividida em dois círculos eleitorais:

- Norte da Alemanha, áreas consulares de Dusseldorf, Hamburgo, Berlim e Varsóvia, com os Conselheiros, Alfredo Stoffel e Manuel Machado;
- Sul da Alemanha, área consular de Estugarda, com os Conselheiros, José Loureiro e Nelson Campos.

Apresentamos os principais tópicos que nortearam as nossas candidaturas e foram contemplados em todos os encontros, formais e informais, que mantivemos com os responsáveis diplomáticos e políticos:

- Falámos da situação EPE;
- Dos défices na rede consular na Alemanha ;
- Dos problemas da cariz social/assistência social;
- Da necessidade de se discutir a “dupla tributação;”
- Do associativismo;
- De assuntos de carácter geral, mas com grande repercussão para a nossa Comunidade Portuguesa na Alemanha / o documento está anexado a esta ata.



Retrospectiva 2016 Andorra, David Borges

Em Andorra existe uma boa relação entre o Conselheiro das comunidades portuguesas e o Consul Sr. Manuel Silva. O trabalho do Conselheiro é reconhecido e apoiado pelas autoridades consulares. O Consulado funciona com dois funcionários consulares, existe uma população de 2.800 portugueses. Houve uma reunião no mês de Julho com o Embaixador de Madrid e o Secretário de Estado. Governo de Andorra composto por 24 Deputados. Existem situações sociais onde começa a ser necessário uma certa preocupação. É necessário mais apoio para causas sociais. Conselheiro acompanhou o 1º Ministro de Andorra numa visita organizada a Ponte de Lima, onde se encontrou com o Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa). Em Andorra não há coordenadora do ensino português, só em Madrid. Em Andorra existem cerca de 553 alunos de língua portuguesa. Para 80.000 habitantes existem 3 sistemas escolares. Para o ensino da língua portuguesa existem três professores. O ensino da língua portuguesa ocorre depois do horário lectivo. De entre a população existe uma taxa de 20% de recenseamento eleitoral devido ao esforço consular para organizar a população. Associativismo, existem várias associações, mas ainda não há recursos suficientes para eventos sociais, comes e bebes. Andorra ainda não faz parte da União Europeia.

Retrospectiva 2016, Belgica, Pedro Rupio

Infelizmente existem muitas dificuldades em torno do Consulado. Redução do número de funcionários consulares. Funciona com marcações prévias. Tempo de espera chega a ser de 3 meses. No Consulado foi colocada uma Técnica Superior, Chanceler e um funcionário para a embaixada, no atendimento consular não foi colocado ninguém. Portanto o problema persiste, em relação ao atendimento consular.

Retrospectiva 2016, Luxemburgo, Rogerio Oliveira

Situação estável. Permanência Consular funciona bem. População portuguesa no Luxemburgo cerca de 100.000. Conselheiro faz parte do Conselho Consultivo do Consulado. Existem bastantes informações sobre eleições, recenseamento, registos no consulados, à disposição das comunidades, expostas em todas as associações portuguesas. Boa relação do Conselheiro com o Consúl. Em relação ao ensino da língua portuguesa, muitas contradições, sobre o que o Vereador da educação do Luxemburgo afirma e o que o SE disse sobre a situação do sistema de ensino no Luxemburgo. Qual a alternativa do nosso Governo em relação a esta situação.?? O presidente das comissões de pais disse que ia falar com o Instituto de Camões, para se encontrar uma solução, para esta problemática. Associação de pais tem muita dinâmica, funciona bem e também está a tentar ajudar junto das autoridades.

Retrospectiva 2016, Suécia, Amadeu Batel

Fez apenas uma curta síntese sobre a Secção Local da Suécia que apenas e tão só tem vida própria através da nossa Federação, FAPS. No essencial na relação com as autoridades portuguesas tudo funciona sem problemas.

Lista proposta pela FAPS às eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas: Círculo eleitoral da Suécia, no dia 6 de setembro de 2015.

Candidato efetivo Amadeu Batel
Candidato suplente Paula Costa

“As pequenas Comunidades também contam!”

Os motivos de uma candidatura



- **Dar voz às pequenas comunidades:** A lista proposta pela FAPS levará como sempre ao Conselho a voz das pequenas comunidades. Uma comunidade que apesar da sua pequena dimensão tem uma larga experiência em matéria de trabalho associativo, federativo e intercomunitário na defesa dos direitos dos portugueses e lusodescendentes na Suécia, e no Mundo.
- **Contribuir para a definição de uma verdadeira política para as Comunidades Portuguesas:** Acreditamos que a defesa da conservação da língua, cultura e identidade portuguesas dependem tão- só da vontade de Portugal definir estratégias, princípios e orientações que unam os portugueses dentro e fora de Portugal. Tudo faremos para o Estado Português assumira as suas responsabilidades definindo políticas de língua, cultura, identidade e participação cívica inclusivas dos portugueses residentes no estrangeiro como parte constitutiva da Nação.
- **Contribuir para o reforço do movimento associativo :** Pretendemos lutar pelo reforço do associativismo como meio essencial ao objectivo de prolongar a ideia de Portugal e da portugalidade no mundo. O movimento associativo tem vindo a sofrer , nos últimos anos fortes ataques institucionais. É necessário inverter esta situação procurando através do Conselho sensibilizar o Governo português a lançar uma outra política de apoio ao movimento associativo nas suas mais variadas vertentes.

Retrospectiva 2016, Suíça, Domingos Pereira

Data	Descrição	Viagens		Despesas (emprego)	Salas e outros	Observações
		Comboio Fr.	Automóvel Km			
05.12.15	1º Reunião Secção regional Berna		250			Passagem de testemunho (com ex. conselheiros)
06.02.16	Palestra APZ					Contacto com membros das associações
13.02.16	Palestra CLZ					
26.02.16	1º encontro embaixada	108.00		½ dia		Apresentação, dos conselheiros e Plano de trabalho em conjunto
28.02.16	Petição RTP					Lançamento da petição (reposição da RTP em formato gratuito e posto de correspondente na Suíça)
12.03.16	Reunião em ZH com encarregados educação EPE					Para recolher informações sobre o estado do ensino na Suíça e preparação de propostas para o dia 19 de Março



19.03.16	Reu. comissão e país, coordenação EPE Z. C. (ZH)					apresentação da propostas em prol do melhor funcionamento e participação nos cursos de língua estrangeira
26.04.16	Plenário			5 dias		Lisboa
04.06.16	Auslanderbeirät (município de ZH)					Contacto com as comissões de integração cantonais
11.06.16	2º reunião Berna		250			Sábado
02.07.16	Reunião EPE enc. educação					Sábado
10.06.16	10 junho Berna	108.00		2 h		Em Genebra e Berna
11.06.16	Comissão de pais engadina		450			Questão de falta de professor mesmo com o aumento de dois cursos para o ano lectivo 2016/17
26.07.16	EPE Comissão Uster Efretikon, Dubendorf					Concretização da carta para enviar aos CCEP com copia a P.A., Deputados da emigração e responsáveis das bancadas da AR
25.08.16	Consulado (internet)			2h		Encontro em Zurique devido ao blecaute de 3 semanas (julho agosto), mais 2 semanas em agosto pela demora da vinda de técnico
17.09.16	Genebra (associação laços)		568	10h		Homenagem a Aristides Sousa Mendes
12.10.16	Consulado (correio)			2h		Entrega de correio vindo na mala diplomática e pedido de audiência ao Sr. Cônsul-geral e SECP

						quando este vier a Zurique
16.10.16	Visita do Presidente	178.00				7 h de viagem (domingo)
19.10.16	Almoço em Zurique (convite do cônsul-geral) em SECP			½ dia		Estiveram presentes (Domingos) a comitiva do SECP, Representantes do instituto camões, da universidade de Zurique cônsul-geral, embaixador, conselheira dos assuntos sociais da embaixada
16.10.16	Reunião Professores e encarregados de educação			2h		Apresentação da cata (resposta) do SECP. Debate e elaboração de plano de acção
19.10.16	Encontro com membros da comunidade			3h		Cantão de Zurique (projecto portugueses para portugueses)
2017						
04.02.17	Sessão informativa No centro Lusitano de Zurique			4h		Sobre o assunto das trocas fiscais, Suíça-Portugal
10.02.17	Sessão informativa Associação Portuguesa de Zurique			4h		Segunda reunião sobre as trocas fiscais, Portugal-Suíça
11.02.17	Comissão consular (consulado de Zurique)			3h		Reunião Conselho Consultivo/Zürich



02.03.17	Reunião CCP europa			3 dias		
19.03.17	Reunião secção regional Suíça		240 km	9h		

Retrospectiva 2016, Grã-Bretanha, Yolanda Viegas, Sergio Tavares

Foco Escócia, situação. Área Consular muito dispersa, o território total de o País de Gales e Escócia. Serviço Consular é desadequado, não existe cobertura consular suficiente para responder às necessidades, não há capacidade de resposta á procura. Existe concurso para mais um funcionário consular. Colocaram uma nova Chanceler. Tempo de espera para tratar de cartão de cidadão pode ir até 3 meses até á próxima permanência consular. Manchester tem uma comunidade mais recente, que chegou há menos anos e é uma comunidade menos visível. Reunião com Conservatório Central, reunião com o Ministério das Finanças, para uma sensibilização sobre todas as situações atuais. Existem permanências consulares em várias cidades. Reino Unido tem outro sistema de identificação, não existe um documento como o cartão de cidadão, em algumas situações é utilizado o passaporte e a certidão de nascimento. Faz falta dar visibilidade á comunidade. Existe a possibilidade de se organizar sessões informativas, sobre o Brexit. Pois há muita informação, mas também muita contra informação. A precaridade junto das comunidades portuguesas também é um facto na Grã Bretanha. Falamos de políticas sociais que não existem. Pois todas as situações de precaridade que as nossas comunidades enfrentam não obtêm respostas positivas da parte dos partidos políticos. Apelamos aos governantes, para a elaboração de um plano político adequado às nossas comunidades. Temos de elaborar uma lista de reivindicações que possamos pôr em prática, exigir junto do Governo, para que tome medidas. Necessidade de um sistema que funcione, entre todos os Conselheiros do CCP, a nível tecnológico, electrónico, pessoal qualificado.

Rui Barata

Informou sobre o encontro com o António Teixeira Lopes, Secretário-geral da SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social. Fica o convite a todos os que queiram.

Final de sessão, do primeiro dia:

2º dia, Reunião do CRE

Abertura de sessão: 9:00 horas (Presidente)

Informação do Dr. Álvaro Esteves, sobre, o Sr. Secretário de Estado está disponível para o caso de haver a necessidade de consulta.

Dois pontos de discussão: Redacção do documento final (Plano de acção, PAC) e eleição do presidente e secretário CRE). Discussão do programa de acção comum, o documento é exaustivo e foi entregue muito em cima da hora.

Pedro Rupio

Fez a sugestão de poder ser permitido cerca de 15 minutos para leitura do documento. Quais as respostas do Governo a este projecto?



Alfredo Stoffel

Fez uma breve explicação sobre a plataforma de acção para o triénio. Apresentação dos temas e continuidade. Documento muito bem estruturado, de grande qualidade. Pediu para cada conselheiro fazer a suas próprias notas, para podermos debater o texto do documento e alterar ou acrescentar mais alguns conteúdos.

Amadeu Batel

Falou do documento. Relação competências do CCP. Relação às políticas do Governo. Objectivos, estratégias, opinião conjunta. Documento como base de trabalho, CRE, Comissões Temáticas, CP. Debate organizado para o CRE. Documento final para ser apresentado ao Governo. Podermos estar preparados e aplicar a lei do contraditório. Pode ser de difícil aceitação pelo Governo.

Custódio Portásio

Língua Materna(Língua de Herança), Associativismo, as questões dos emigrantes para a presidência.

Manuel Machado

Assunto de importância, as políticas para as comunidades residentes no estrangeiro. Política de ensino da língua portuguesa e cultura portuguesa.

Luisa Semedo

Importância da ideia de se ter uma ideologia. Reflexão sobre a pluralidade.

Alfredo Stoffel

Documento está generalizado. Documento base, os diferentes assuntos são comuns aos vários países da Europa tais como, Alemanha, Inglaterra, França, Luxemburgo, etc. Dentro da sociedade os três vetores da língua materna, língua portuguesa, língua de negócios.

Manuel Figueira

Muito importante conseguir implementar o PAC, plano de acção para o triénio. O CCP devia passar para a Assembleia da República. Prevaler a constitucionalização do CCP.

Alfredo Stoffel

Propina, não há igualdade entre as comunidades, não se pratica a mesma linha de seguimento em todos os países. Bases pressupostas que não existem, obrigam os países a pagar. Falta de perspectivas para as comunidades portuguesas.

Amadeu Batel

O texto pode estar sujeito a várias interpretações. Mas o texto está generalizado. O que é que Portugal pode fazer para assimilar o ensino da língua Portuguesa.



Antonio Cunha

Reconhecimento da língua e equivalência.

Rui Barata

Necessário identificar as áreas que necessitam mais cuidado e observação, de reflexão. Mais objectivos, mais detalhados, mais precisos. Constituir grupos de trabalho que se ocupem dos vários temas.

Pausa:

Alfredo Stoffel

Esclarecimento sobre o assunto da propina em relação ao ponto de vista do Conselheiro Custódio Portásio. O documento serve de base. Depois cada secção local pode organizar a sua própria ordem de discussão sobre os pontos mais importantes do documento que lhe sejam mais direccionados.

Raul Lopes

De acordo com o documento. Devia ser feita uma discussão a ponto por ponto. Importância de uma análise pormenorizada. Fez algumas alterações no documento.

Alfredo Stoffel

Documento de interacção para as secções locais e as comissões temáticas. Responsabilizar os membros das comissões temáticas para desenvolver os temas que eles têm a cargo, maior e mais qualificada coordenação. Não vai haver constituição de nenhum outro grupo, o que se vai fazer é uma interligação entre o CRECP, CP, Comissões Temáticas.

As Comissões Temáticas têm que comunicar mais com as secções locais. Para isso é necessário que as secções locais funcionem. Trata-se de uma melhor articulação dos diferentes órgãos.

O PAC para o triénio 2017 – 2019 foi aprovado por maioria (houve uma abstenção).

O documento aprovado será anexado a esta ata.

Eleição da direcção do Conselho Regional da Europa para o ano 2017 - 2018

Os Conselheiros Alfredo Stoffel e Sónia Oliveira apresentaram a sua re-candidatura que foi aceite pelos Conselheiros presentes.

Os Conselheiros Alfredo Stoffel (presidente) e Sónia Oliveira (secretária) foram reeleitos por unanimidade.



Suíça / Alemanha; Março – Abril de 2017

Conselheira Sónia Oliveira

Conselheiro Alfredo Stoffel

Retrospectiva da Secção Local da Alemanha apresentada pelo Conselheiro José Loureiro

Retrospectiva 2016

Uma apresentação com duas vertentes, trabalhos elaborados pelos Conselheiros das Comunidades Portuguesas na Secção-Local da Alemanha, em Geral e Individual por círculo eleitoral!

Geral – CCP Alemanha:

O ano 2016, primeiro ano em pleno funcionamento do CCP Secção Local da Alemanha, dividida em dois círculos eleitorais:

- Norte da Alemanha, áreas consulares de Dusseldorf, Hamburgo, Berlim e Varsóvia, com os Conselheiros, Alfredo Stoffel e Manuel Machado;
- Sul da Alemanha, área consular de Estugarda, com os Conselheiros, José Loureiro e Nelson Campos.

Apresentamos os principais tópicos que nortearam as nossas candidaturas e foram contemplados em todos os encontros, formais e informais, que mantivemos com os responsáveis diplomáticos e políticos:

- Falamos da situação EPE;
- dos défices na rede consular na Alemanha;
- dos problemas de cariz social/assistência social;
- da necessidade de se discutir a “dupla tributação”;
- do associativismo;
- de assuntos de carácter geral mas com grandes repercursões para a nossa Comunidade Portuguesa na Alemanha.

Em Janeiro, o primeiro encontro oficial na Residência do Embaixador em Berlim estiveram presentes os quatro conselheiros eleitos pela Alemanha. Este encontro foi muito mais do que uma visita de cortesia, discutiram-se situações que exigem urgência em ser resolvidas assim como se delinearam futuros projetos que – necessitam o apoio da Comunidade ou necessitam o apoio da estrutura diplomática.

Em Abril, o Plenário do Conselho das Comunidades Portuguesas mercando a presença os quatro conselheiros eleitos pela Alemanha.

Individual – Norte da Alemanha:

Os Conselheiros, Alfredo Stoffel e Manuel Machado, salientam nas suas atividades:

- Presença nos Conselhos Consultivos;



- Conselhos de Integração;
- e participação no Dia de Portugal;
- visitas de trabalho ou de cortesia às associações/centros recreativos;
- encontros promovidos com as autoridades alemãs com o fim de criar mecanismos que visam fortalecer os laços entre as nossas comunidades;
- reuniões de trabalho com os representantes diplomáticos e membros (multiplicadores) da Comunidade;
- e por fim os encontros com o SECP, DGACCP e deputados eleitos pela emigração.

Foram emitidos pareceres (em conjunto e separados com o apoio de todos) sobre:

- Protecção de Dados;
- rede do EPE;
- sensibilizar os responsáveis do MNE sobre as insuficiências dos recursos humanos na rede consular, a optimização da rede consular (considerando Frankfurt am Main e Osnabrück como casos a serem discutidos, etc.) e dos recursos humanos nos consulados gerais, assim como o horário de trabalho contínuo no CG de Düsseldorf e a importância das atividades dos portugueses eleitos nos Conselhos de Integração.

Fora da Alemanha há que salientar os encontros formais e informais mantidos em Lisboa – Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, com os representantes dos partidos com assento na Assembleia da República, com os Sindicatos, com o Instituto Camões, com Acessores da Presidência da República e por fim, com profissionais da informação especialistas em assuntos da Diáspora.

Individual – Sul da Alemanha:

Os Conselheiros, José Loureiro e Nelson Campos informam sobre a criação de uma parceria com o Consulado-Geral em Estugarda, com qual reúnem trimestralmente com o Cônsul-Geral sobre os principais temas identificados como preocupações da Comunidade Portuguesa:

- Sobre questões sociais;
- o EPE e a prestação escolar dos jovens portugueses no sistema de ensino alemão;
- as formas à participação cívica dos portugueses e sua integração na vida e sociedade local;
- e o funcionamento do consulado.

De salientar a participação nas reuniões do Conselho Consultivo do Consulado-Geral em Estugarda, “já era membro deste CC antes de ser CCP”.

Reuniu-se com o SECP em Abril, na sua visita oficial à Alemanha com passagem por Estugarda e com o MNE Dr. Augusto Santos Silva, em Novembro, na sua curta visita oficial a Estugarda, participando no Portal 2016 organizado pela ASPPA – tendo esse programa a participação dos conselheiros, José Loureiro e Nelson Campos como oradores de mesa, evento no qual também o Conselheiro Alfredo Stoffel mostrou presença.

Quanto às nossas principais prioridades para 2016, foi zelar pelo bom funcionamento do Consulado-Geral em Estugarda – claro em parceria com o seu Cônsul-Geral:

- O reforço de quadro pessoal;
- a ativação das permanências;
- e a promoção de posto/escritório consular em Frankfurt.

Para consagrar e minimizar o nosso esforço, houve um concurso para o preenchimento de 1 posto de trabalho, na categoria de assistente técnico. Que actualmente se encontra ao serviço. Assim como a



promoção de uma técnica a chanceler.

Resumindo fez-se alguma coisa, no mínimo dentro das nossas disponibilidades e orçamentos familiares já que lamentavelmente não existiram quaisquer verbas financeiras, que por isso também causou a diminuição do nosso plano de atividades previsto. Estou a falar da Secção-Local-Alemanha

Estugarda, dia 15 de Fevereiro de 2017

Os Conselheiros das Comunidades Portuguesas – Secção Local da Alemanha

Presidente

José Loureiro

Secretário

Alfredo Stoffel

Nelson Campos

Manuel Machado

Seguimento da retrospectiva 2016

Acrescentando o problema geográfico das áreas consulares na Alemanha. Exemplo; área Sul/Estugarda área geograficamente maior à superfície de Portugal e, comunidades distribuídas por vários polos (ex. Estugarda, Frankfurt, Munique, Nuremberga e Singen).

Qual nos deixe muito limitado nas deslocações quanto a custos financeiros, sem apoios, verbas orçamentais.

Exijo maior sensibilidade de parte do governo e AR, ninguém de nós (conselheiros) se candidatou ao CCP para financiar o Estado.

Assumem responsabilidades e deveres quanto ao direito do CCP e seu financiamento ou então admitem a falta de reconhecimento, interesse e necessidade deste órgão consultivo.

Nota: foi acrescentado na reunião do conselho regional, europa no dia da sua apresentação dois de Março de 2017.

Responsáveis os conselheiros da secção-alemanha do CCP



Texto do PAC para o triénio 2017-2019 aprovado na reunião do CRECP. Este texto já foi distribuído a todos os Conselheiros da Europa assim como ao Conselho Permanente

Conselho Regional da Europa das Comunidades Portuguesas (CRECP)

Plataforma de Acção para o Triénio (PAC) 2017-2019

1. Introdução

2. Uma Plataforma de Acção para as Comunidades Portuguesas na Europa

- 2.1 Princípios e Objectivos Estratégicos: A Europa, que projecto societário?

3. Objectivos Programáticos

- 3.1 A relação entre o Estado e as Comunidades Portuguesas na diáspora
- 3.2 Uma nova política de reconhecimento das Comunidades Portuguesas

4. Língua, Educação, Cultura e Identidade

4.1 Uma Nova Política de Língua

4.2 Uma Nova Política de Ensino da Língua e Cultura Portuguesas

4.3 Uma Nova política de Cultura e Identidade



5. Participação política e cidadania plena
6. Igualdade de direitos sociais e económicos
7. Aproveitamento do potencial económico das comunidades
8. Responsabilidade pela Concretização dos Objectivos Estratégico-programáticos
9. Relatórios de Actividades e Avaliação
10. Observações Finais

1. Introdução

O PAC é a Plataforma de Acção Comum para as Comunidades Portuguesas na Europa que deverá desenvolver as suas actividades e acção no âmbito de uma intervenção que assenta numa estrutura organizativa parametrizada por princípios e objectivos estratégicos e programáticos englobando áreas de Coordenação temáticas

- 1) Relações entre o Estado e as Comunidades Portuguesas na diáspora
- 2) Língua, Cultura e Identidade ,
- 3) Participação política e cidadania plena ,
- 4) Igualdade de Direitos sociais e económicos,
- 5) Aproveitamento do potencial económico das comunidades.



Os objectivos estratégicos e programáticos são definidos em consonância com uma visão global societária das comunidades portuguesas na Europa.

No seu enquadramento legal ” *O Conselho Regional das Comunidades Portuguesas na Europa é também um órgão consultivo do Governo para as políticas relativas às comunidades portuguesas e representativo das organizações não governamentais de portugueses na Europa com ”competência para se pronunciar sobre matérias relacionadas com as comunidades portuguesas na sua área geográfica.” como se destaca na alínea c)do Artigo 39.C da Lei do CCP.*

Sendo assim, é pertinente e necessária a participação e contribuição do CRECP na definição, não só de uma política global, mas também de políticas específicas relativas às diversas comunidades na Europa em rigorosa observância pelos objectivos traçados pelo CP do CCP no plenário mundial de 2016:

- Dar visibilidade às questões das comunidades numa perspetiva global ,
- A plena inclusão política, social, cultural e identitária. Todos somos portugueses,
- órgão autónomo, apartidário mas não apolítico,
- Reencontro de Portugal com os portugueses independentemente do local de residência,
- Reconhecimento do Conselho (CCP) como órgão representativo das Comunidades.

(Nota: No plenário não foi aprovado qualquer Plano de Ação)

O PAC cita os objetivos plasmados e as políticas enunciadas no Programa do XXI Governo constitucional (Um Portugal Global): como articular estratégias , políticas, objetivos e medidas enunciadas em *Continuar Portugal nas Comunidades* com as estratégias, políticas, objetivos e medidas traçadas em *Promover a Língua Portuguesa e a Cidadania Lusófona*, em particular, a definição de uma estratégia para consolidar o português no mundo (**GOPs 2016-2019**)



(...)”Sendo a Língua Portuguesa um dos grandes ativos de Portugal e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, é importante reconhecê-la como um fator de identidade e como uma mais-valia cultural, científica, política e económica. Assim a valorização da Língua Portuguesa assume-se como uma estratégia que envolve todo o Governo, devendo abranger diferentes áreas como a cidadania, a cultura, o ensino e o **património.**” (GOPS 2016-2019:Portugal Global, p.118)

Políticas para as comunidades portuguesas no estrangeiro

No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:

“A afirmação da Língua Portuguesa enquanto **fator de identidade** e mais-valia cultural, científica, política é um dos desígnios deste Governo na sua ação externa. Associada está também a definição de uma estratégia conjunta em consolidar o português no mundo” (GOPS 2016-2019:Portugal Global, p.120).

(...) Assim e que no respeito ao vetor das comunidades portuguesas no estrangeiro, o Governo tem como principais linhas de actuação as seguintes:

- Facilitar a ligação de portugueses residentes no estrangeiro às entidades públicas nacionais;
- Potenciar o exercício da cidadania e a representatividade das comunidades;
- Reforçar a solidariedade para com as Comunidades;
- Manter vivas a cultura, as artes e a memória portuguesas; e
- Dinamizar a rede associativa e a juventude. (GOPS 2016-2019:Portugal Global, p.118)

Em **Continuar Portugal nas Comunidades Portuguesas** o Governo releva(,,,) “ *Importa não esquecer que, mesmo lá fora, estes compatriotas estão a ajudar a construir e a fazer avançar Portugal. Não só prestigiam o seu país pelo trabalho que desenvolvem, como igualmente contribuem, de forma considerável para o PIB nacional. Também por isto, o papel das comunidades não deve ser encarado como uma questão subalterna quando se pensa na governação de Portugal.*



(...) *É certo, todavia, que os portugueses no estrangeiro necessitam de **reconhecimento** , não de paternalismos. As comunidades precisam de ser verdadeiramente apreendidas em toda a sua diversidade e especificidade e não serem minorizadas pelos clichés que ainda perduram. Os emigrantes portugueses no mundo são os melhores embaixadores de Portugal, pelo que valorizando essa diáspora está-se automaticamente a valorizar Portugal.*

Importa, pois, fazer uma rutura com as políticas para as comunidades do passado. Para concretizar esta rutura será necessário promover os recursos transnacionais, modernizar a ligação entre as instituições portuguesas e a diáspora, investir no intercâmbio económico, social, educativo e cultural, bem como, em permanência, vincar a importância e amplificar o papel das comunidades portuguesas no mundo: São estes , em suma, os vetores que o governo assumirá no que toca à relação com as comunidades (pp256-257).

2. Uma Plataforma de Acção Comum para as Comunidades Portuguesas na Europa.

2.1 Princípios e Objectivos Estratégicos. A Europa : que projeto societário?

Enquadramento

Vivemos e actuamos num tempo de grandes processos de transformação social na Europa e no Mundo. A desigualdade estrutural tem-se aprofundado com o avanço do processo de globalização e da tentativa de concretização da utopia neoliberal. O modelo neoliberal tem conduzido ao desmantelamento do Estado Social e à degradação dos direitos sociais, económicos, culturais, linguísticos e identitários dos migrantes e das minorias étnicas nas quais se incluem os portugueses e as várias gerações de luso-descendentes.

O processo de globalização não contribuiu para a realização material dos direitos humanos universais para todos os cidadãos e, muito em particular, para a definição de políticas de reconhecimento dos migrantes e das minorias étnicas.

Assistimos, com enorme preocupação, ao encerramento das fronteiras para pessoas que procuram asilo e melhores condições de vida, ao mesmo tempo, que



no espaço europeu recrudescem o ultra-nacionalismo, a xenofobia, o racismo e outras formas de intolerância.

No atual contexto socio-político os direitos fundamentais associados aos migrantes e minorias étnicas caem sempre em saco roto e, apesar de não serem expressivamente negados, usam-se de forma abusiva os conceitos de multicultural, multiétnica, multilinguismo, diversidade, pluralismo e tolerância para justificar as graves e crescentes desigualdades sociais, económicas, culturais, linguísticas e identitárias.

Isto é no mínimo estranho e singular, numa altura em que em toda a Europa: dos países nórdicos ao Benelux, passando pela França, Alemanha, Suíça, Reino Unido, Grécia e países de Leste terem declarado o multiculturalismo e a política multicultural como um capítulo encerrado, assumindo a defesa de um modelo societário onde o Estado – Nação exclui o direito às diferenças étnico-culturais. O neoliberalismo e neoconservadorismo xenófobo e racista varre e ataca tudo aquilo que durante décadas foi para a Europa o património ideológico: o pluralismo cultural e linguístico, a diversidade e o direito à diferença. Os portugueses de várias gerações, na Europa e não só, são também vítimas destas novas práticas políticas.

A Europa caracteriza-se hoje pelo recrudescimento e as ameaças da extrema direita ultra-nacionalista, xenófoba e racista: consequências directas na defesa de direitos e garantias numa perspectiva de combate às assimetrias socioeconómicas (à exclusão social), igualdade de género e etnicidade (direitos linguísticos, culturais e identitários).

O fracasso das políticas de integração (integração normativa) na Europa visa a assimilação como objectivo político dos Estados nacionais. A homogeneidade linguística e cultural (integração total na cultura dos países de residência); a reprodução de assimetrias sociais e económicas geradoras de enorme exclusão e segregação dos trabalhadores e das minorias levam-nos a colocar a seguinte questão?



Que alternativas às políticas de integração numa Europa multilingue, multiétnica, multicultural, solidária e de políticas que promovam a coesão social?

Para o CRECP quaisquer das alternativas têm de repousar na percepção que as comunidades portuguesas na Europa- ou parte delas- tenham de valores como língua, cultura, nação e etnia.

Além disso, segundo o CRECP o que o Governo português deveria privilegiar, conhecendo a experiência histórica das sociedades de acolhimento de práticas de homogeneização linguística e cultural e de intolerância face às opções identitárias do Outro, são as acções que defendam a luta contra a inevitabilidade da integração cultural/assimilação através de redefinir e reformular os objectivos estratégicos enunciados por outros que defendam a língua, cultura e identidade portuguesas nos países de acolhimento. Tal só será possível através de objectivos estratégicos que visem a edificação na Europa de sociedades multiculturais e plurilingues onde o direito à opção linguístico-cultural e identitária dos luso-descendentes seja respeitada como um dos mais fundamentais dos seus direitos humanos.

O CRECP pensa que é pertinente trabalhar-se para a edificação de sociedades multiculturais, multiétnicas e multilingues numa Europa verdadeiramente multicultural onde os direitos linguísticos, educacionais, culturais e identitários dos portugueses e luso-descendentes sejam salvaguardados. A visão do modelo societário do CRCPE está consubstanciada na aceitação dos nossos valores étnico-culturais e na rejeição de toda e qualquer política de assimilação.

No seu Programa o Governo tenta refundar os projetos fundadores da CPLP: projeto linguístico- cultural e projeto político económico. No meio disto tudo, tenta associar /envolver as comunidades, não clarificando qual o seu papel nesses projetos.

Tenta-se, desta maneira, criar/construir uma identidade lusófona (cidadania lusófona/cartão de cidadão lusófono) ao mesmo tempo que se pretende, implicitamente, desconstruir/destruir a identidade portuguesa nas comunidades.

Segundo o CRCPE o que se deveria privilegiar, conhecendo a experiência histórica das sociedades de acolhimento de práticas de discriminações estrutural



e institucional e de intolerância face às opções e aos direitos sociais, económicos, culturais e políticos das minorias imigradas/étnicas, são as acções que defendam a adopção de políticas de política geral que na prática sejam de diversidade e cujos valores prevaletentes assentem no reconhecimento da identidade e dos interesses particulares dos portugueses e luso-descendentes.

3. Objectivos Programáticos

3.1 A relação entre o Estado e as Comunidades portuguesas na diáspora

O Governo nas Grandes Opções do Plano para 2017 (cap.2 Portugal no mundo) afirma “ *Inquestionáveis são também a continuação do estreitamento da ligação às comunidades portuguesas e a valorização da diáspora portuguesa , nos mais variados eixos de atuação*”.

Mais adiante no capítulo dedicado a “*Um Portugal Global*” destaca a ambição de “ *Serem promovidas e apoiadas as atividades do Conselho das Comunidades Portuguesas (...)*”.

O CRECP entende que uma rutura com as políticas do passado pressupõe o reconhecimento das comunidades portuguesas, reconhecimento esse que continua ausente das práticas políticas deste e de anteriores governos.

Os vários governos da República têm-se evidenciado pela institucionalização de práticas discriminatórias no seu relacionamento com as comunidades portuguesas e, em particular, com o seu órgão representativo, o CCP. Mais grave ainda tem sido a permanente existência de uma discriminação estrutural sustentada numa pressuposta relação antagónica de interesses entre NÓS, os portugueses residentes, e ELES, os não-residentes, a espaços esbatida no falso discurso institucional do reencontro com a diáspora. Esta prática discursiva, sobretudo, durante a última década, filia-se numa grandiloquência retórica e evidência uma falta de visão estratégica quanto à necessidade de construir uma relação sustentada entre um Todo nacional e da noção de Portugal como uma Pátria de Comunidades.



3.2 Reconhecimento das Comunidades Portuguesas assente nos seguintes eixos de actuação:

- O reconhecimento das comunidades portuguesas como um vector estratégico para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo;
- A defesa da coesão nacional, inclusiva e de verdadeira igualdade para com os portugueses residentes fora do país;
- A verdadeira valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas como órgão representativo dos portugueses na diáspora;
- A afectação de recursos financeiros para o funcionamento dos órgãos eleitos na Europa e nas outras regiões visando a sua autonomia;
- Dar corpo a uma ideia de reconstrução nacional em que a diáspora portuguesa na Europa e no Mundo seja ínsita como parte de patrimónios linguístico, cultural e identitário comuns;
- Repensar a responsabilidade das tutelas das políticas dirigidas à diáspora. O MNE com uma vocação orientada para as diplomacias económica e cultural baliza objetivos desinseridos de eixos de atuação vitais na defesa dos interesses dos portugueses da diáspora. Entendemos que as políticas dirigidas às Comunidades deviam ser tuteladas pela Presidência do Conselho de Ministros

4. Língua, Cultura e Identidade

Esta área de Coordenação temática integra três grandes domínios: Uma Nova Política de Língua; Uma Nova Política de Ensino da Língua e Cultura Portuguesas; Uma Nova Política de Cultura e Identidade.

4.1 Uma Nova Política de Língua

Importa salientar, no quadro destes objetivos, a inconsistência discursiva e a falta de um pensamento estratégico que , nos últimos anos , têm caracterizado as orientações dos Governos em matérias ligadas às políticas de língua, ensino, cultura e identidade dirigidas aos portugueses no estrangeiro/ luso-descendência, assim como o incumprimento das suas responsabilidades constitucionais, em particular, a desvalorização do português como língua materna e identitária face ao português como língua não materna.



O Governo tem, pois, como primeira prioridade a promoção da língua portuguesa como língua internacional (= estrangeira) nos sistemas de ensino dos países de acolhimento. Uma outra prioridade é ensino de português à distância para crianças e jovens portugueses de mobilidade recente visando o seu possível regresso (Portugal mais perto). Estas prioridades estão longe da enunciada rutura com as políticas do passado como vem confirmado nos objetivos propostos na Resolução n.º 16/2017 aprovada em 6 de janeiro na Assembleia da República.

O actual Governo na linha dos anteriores continua a insistir numa política linguística e educativa orientada para a mudança linguística logo na segunda geração. O enunciado constitucional imporia a opção por uma política de defesa e preservação do português como língua materna/identitária ou língua de herança (se definida como língua de socialização primária das crianças no espaço familiar) e, conseqüentemente uma política educativa assente numa planificação linguística (modalidades de ensino do pré-escolar ao ano terminal do secundário) que permitisse essa preservação e travasse o processo de assimilação linguística e de total integração cultural dos luso-descendentes nos países de residência.

Neste contexto torna-se pertinente retomar uma questão central, ou seja,

“a necessidade do Estado português definir políticas de língua dentro e fora de Portugal”. Esta definição assentaria em quatro ou cinco linhas mestras no respeitante a direitos linguísticos e na aprovação de uma Lei-Quadro para as línguas que consolidasse esses direitos.

A língua materna não é só um instrumento fundamental para a comunicação e desenvolvimento intelectual de um indivíduo. É também a chave da herança identitária de qualquer ser humano. Daí a importância da língua materna dos luso-descendentes ser juridicamente reconhecida como língua minoritária nos países de acolhimento e os seus direitos linguístico-educativos igualmente reconhecidos como já o são pelo Governo português no artigo 28.º da Lei de bases da Educação.



O Governo não sabe, nem quer distinguir entre as políticas de língua, ensino, cultura num contexto de internacionalização da língua portuguesa, a sua grande afirmação enquanto língua global, e as políticas de língua, ensino, cultura e **identidade** para as comunidades com objectivos muito diferenciados do actual objectivo maior do Governo, que é o reconhecimento internacional da língua portuguesa e da internacionalização da cultura portuguesa no mundo.

Sendo assim o CRECP propõe em rutura com as políticas do passado (e do presente):

- - A definição de uma política de língua que promova a preservação e conservação da língua materna, herança/minoritária dos luso-descendentes e não uma política linguística direccionada para a mudança de língua logo na segunda geração. Nos Programas dos vários Governos não há qualquer referência a uma política linguística para a diáspora, o que é, no mínimo, surpreendente;
- Definir uma nova política de língua -dentro e fora de Portugal- onde se inclua o Português Língua Materna (PLM) para as crianças e jovens portugueses não residentes;
- Fazer aprovar uma Lei-Quadro para os direitos linguísticos em Portugal e em situação diaspórica;
- Introduzir modelos de planificação linguística numa perspectiva integral da evolução da Língua Portuguesa(LP) entre os luso-descendentes (desde 1 ano de idade até aos 19 anos, ano terminal do secundário);
- Manter, mas feitas as devidas distinções e prioridades, uma política de LP como língua segunda e Língua estrangeira.



4.2 Uma Nova Política de Ensino da Língua e Cultura Portuguesas

Os direitos linguístico- educacionais, especialmente o direito à língua materna nas escolas dos países de acolhimento, são dos mais importantes direitos humanos de qualquer minoria imigrada/étnica. Sem esses direitos na Escola os portugueses e os luso-descendentes não se poderão reproduzir como minoria bilingue, bicultural e serão inevitavelmente forçados à assimilação.

Havendo definido uma política de preservação linguística e determinado por uma planificação linguística numa perspectiva de um processo de aprendizagem continuado(1-19 anos de idade) o CRECP propõe, uma rutura com as políticas do passado/presente, visando a qualificação do Ensino de Língua e Cultura Portuguesa :

- - A definição de uma política educativa para as comunidades que promova os direitos educacionais dos luso-descendentes, norteadas por uma planificação linguística que privilegie uma perspectiva integral da evolução da língua portuguesa em qualquer processo de aquisição e desenvolvimento da língua
- Introduzir na política de educação Novos objetivos educacionais que privilegiem a adopção de novos modelos de organização do processo de ensino/aprendizagem da LP nos ensinos infantil, básico e secundário dos países de acolhimento;
- Introduzir sempre que possível modelos de organização bilingue nos ensinos acima mencionados;
- Apoiar a criação de Escolas portuguesas com educação bilingue;
- Revogar a do decreto-lei que determina a cobrança da propina;
- Revogar o QuaREPE (Quadro de referência para o EPE”
- Promover uma reforma dos programas de PLM ;
- Promover e apoiar a investigação da evolução da LP nas universidades e Escolas Superiores de Educação nos países de acolhimento;
- Promover e apoiar a formação inicial e contínua dos professores de PLM nos países de acolhimento;
- Promover e apoiar a avaliação do ensino de português : objetivos, modelos organizativos, qualificação dos docentes;
- Redefinir o quadro de responsabilidade e acção das Coordenações de Ensino no Estrangeiro;



- Definir um quadro legal que reconheça e valorize a acção das associações e comissões de pais e outras organizações vocacionadas para o ensino.

4.3 Uma Nova Política de Cultura e Identidade

As políticas desenvolvidas no eixo Língua, Cultura e Identidade têm como principal destinatário a juventude luso-descendente por constituir o referente insubstituível na prossecução de objectivos de afirmação futura da identidade portuguesa e do prolongamento de Portugal e da Língua e Cultura Portuguesas no mundo. É fundamental conquistar os luso-descendentes para o êxito de qualquer política global para as Comunidades Portuguesas.

A preservação da cultura e identidade portuguesas visando o prolongamento de Portugal, a defesa da portugalidade a partir de novas formas de cultura, imaginários e identidades fundamentadas na etnicidade portuguesa (identidades hifenizadas) exige, para além, dos objectivos enunciados nas políticas linguística e educativa, a criação de objectivos e estratégias inerentes a uma política cultural para as Comunidades e Luso-descendentes e que implica:

- Definir uma Política de Cultura e Identidade para as Comunidades bem distinta das políticas orientadas para a internacionalização da cultura portuguesa. Neste contexto o CRECP a não existência de qualquer rutura com as políticas do passado quando o governo no seu Programa de Acção externa (2017) para a promoção e divulgação da cultura portuguesa, coordenado pelos ministérios da Cultura e dos Negócios Estrangeiros, exclui qualquer referência às comunidades portuguesas.



- A definição de uma política cultural para as comunidades que vise o prolongamento de Portugal no mundo e a defesa dos seus valores étnicoculturais. Os programas dos vários Governos para a Cultura omitem integralmente quaisquer referências programáticas destinadas às comunidades portuguesas. Mais grave ainda parece ser a total ausência de objectivos inseridos numa política de identidade;
- Coordenar e desenvolver acções que promovam a presença da cultura portuguesa junto das Comunidades, nomeadamente, através de um Programa de Ação Cultural externa que reconheça as comunidades portuguesas Na Europa e no mundo como parte integrante dos patrimónios linguístico, cultural e identitário da Nação ;
- Educar os Portugueses residentes em Portugal sobre a existência das Comunidades e o seu importante papel na valorização da imagem de Portugal na Europa e no mundo ;
- Garantir um efectivo apoio às organizações de Luso-descendentes e a projectos de intercâmbio nos planos cultural, educativo, científico e profissional com o fim da juventude estreitar a sua relação com Portugal.
- Apoiar manifestações culturais que reforcem os laços entre as Comunidades portuguesas e Portugal através da apresentação de uma imagem real do Portugal hodierno ;
- Defender junto dos países de acolhimento a adopção, por parte destes, de políticas de diversidade linguístico-cultural que promovam e preservem a cultura e identidades portuguesa numa Europa multicultural.

Associativismo

- Reforçar o **movimento associativo** (associações, federações, movimentos culturais, associações de Jovens luso-descendentes, associações e comissões de mulheres portuguesas, associações empresariais) das



Comunidades portuguesas enquanto espaço federador e socializador dos Portugueses na Diáspora e cumprindo funções de índole social, educativa, política, cultural e económica ;

- Reconhecer a vitalidade e o empenhamento do movimento associativo e o seu inestimável papel, na construção e circulação de velhas e novas formas de cultura portuguesa ;
- Coordenar efectivamente as acções dos Ministérios, Missões diplomáticas e instituições da Sociedade Civil intervenientes no processo de apoio ao movimento associativo.
- Deve-se reconhecer a crescente diversidade nos formatos organizativos das estruturas que agregam as comunidades portuguesas nos vários países europeus. A terminologia é um factor e , como tal, não deve ser restritivo e, conseqüentemente, indutor de aplicações parciais pelas autoridades portuguesas. A terminologia deve ser agnóstica tanto quanto possível, por forma a não excluir as extremamente diversas tipificações e enquadramentos legais nos vários países de acolhimento.
- Promover a criação da figura do «mecenato para as comunidades» visando permitir o apoio do sector privado a estruturas das Comunidades Portuguesas, desde que estas últimas estejam devidamente registadas na DGACCP.

Comunicação social

Numa política cultural para as Comunidades é necessário o Estado definir objectivos e criar estratégias que impliquem:

- Fortalecer o apoio aos órgãos de comunicação social em Português nos países de acolhimento ;



- Reformular a produção e orientação programáticas das RDPi e RTPi em função das necessidades, interesses e particularidades das Comunidades portuguesas e defender o seu acesso através dos circuitos de distribuição normal vigentes em cada país de residência ; a RTP tem que apostar em novas formas de distribuição de conteúdos e de canais ;
- Defender junto dos países de residência e dentro de uma política de diversidade o apoio à presença do Português nos meios de comunicação social ;
- Reforçar e dinamizar acções nos media nacionais que promovam uma imagem multifacetada e dinâmica das Comunidades portuguesas.

Juventude

As políticas desenvolvidas no eixo Língua, Cultura e Identidade têm como principal destinatário a juventude luso-descendente por constituir o referente insubstituível na prossecução de objectivos de afirmação futura da identidade portuguesa e do prolongamento de Portugal e da Língua e Cultura Portuguesas no mundo. É fundamental conquistar os Luso-descendentes para o êxito de qualquer política global para as Comunidades Portuguesas o que, por sua vez implica:

- Definir uma nova política cultural direccionada aos jovens luso-descendentes;
- Determinar objectivamente prioridades e afectação de recursos ao movimento associativo dos Jovens luso-descendentes e a todas as instituições portuguesas que promovam e coordenem acções ligadas à juventude.



5. Participação política e cidadania plena

Uma condição fundamental em qualquer sociedade democrática, multicultural respeitadora de princípios defensores do pluralismo, diversidade e igualdade é a de todos os indivíduos e grupos (Portugueses e Luso-descendentes) se sintam sujeitos activos, cúmplices e influentes nos processos decisórios a todos os níveis societários. A prossecução de políticas para a cidadania cumpridora dos princípios acima enunciados só é viável se a esses indivíduos e grupos for facultado o espaço suficiente para participarem no processo democrático, e terem a possibilidade de, efetivamente, influenciar as decisões tomadas.

Existem, numa situação de vida em diáspora, dois importantes factores que influenciam este processo. Um prende-se com os direitos formais e as possibilidades inerentes ao direito de voto, aquisição da nacionalidade, acesso à informação; um outro resulta da existência de factores estruturantes como as discriminações estrutural e institucional nos países de residência, o racismo e a xenofobia, a discriminação da mulher e de cidadãos de outra origem étnica. Além disso, as políticas de integração estrutural (normativa) onde se inserem alguns dos direitos de cidadania dificultam, muitas vezes, a defesa dos legítimos interesses das comunidades portuguesas na Europa. Importante também é, na relação entre Portugal e as suas Comunidades, a existência de direitos que facilitem a participação cívica dos Portugueses não-residentes e Luso-descendentes nos processos decisórios e democráticos. Alguns desses direitos encontram-se consagrados na Constituição da República Portuguesa. Uma política a desenvolver para o aprofundamento dos direitos constitucionalmente consignados implica em definir objectivos, criar e concretizar estratégias no sentido de:

- Desenvolver mecanismos adequados à defesa dos Portugueses vítimas de discriminação estrutural e institucional nos países de residência ;
- Valorizar explicitamente a importância das Comunidades Portuguesas na construção da democracia portuguesa e na História de Portugal ;



- Promover a ideia de Portugal como um Portugal repartido pelo Mundo e não confinado ao Portugal continental e insular ;
- Dinamizar o reencontro de Portugal com as Comunidades através da implementação das medidas que o CRCPE propugna para as Comunidades para aumentar a participação cívica e política dos Portugueses da Diáspora nos actos eleitorais e combater actual défice de participação e representatividade ;
- Apoiar as organizações das mulheres portuguesas para que possam participar em igualdade de circunstâncias nos processos decisórios e democráticos, sobretudo, em posições de chefia ;
- Conseguir que as mulheres e jovens aumentem a representatividade nos órgãos do CRCPE ;
- Promover **uma política de requalificação dos Consulados** assegurando uma prestação de serviços que verdadeiramente funcione e seja um eficaz elo de ligação às Comunidades, utilizando para o efeito as verbas do Fundo de Relações Internacionais (FRI) ;
- Desenvolver acções no sentido de colocar as missões diplomáticas **os Consulados na estratégia de concretização de uma política global para as Comunidades**, nomeadamente, nos planos social e cultural ;
- Incluir objectivos para apoio à participação política e cívica nos países de acolhimento ; criar redes informais entre os cidadãos portugueses eleitos nas diversas estruturas de carácter comunitário ou social-político ;
- Propor **a constitucionalização do Conselho das Comunidades**. A integração do CCP num quadro constitucional implicaria a sua transição da esfera governamental para a esfera da Assembleia da República o que daria ao CCP outras condições de afirmação e outra segurança jurídica e até psicológica para passar a desenvolver o seu trabalho sem hiatos;



- Encontrar novas formas de relacionamento, cooperação e de resolução de conflitos entre os órgãos do CCP (CRE, secções Locais, Comissões temáticas). Novas formas de apoio ao funcionamento aos órgãos do CCP incluindo um Gabinete de Ligação autónomo com outras atribuições e competências. Os órgãos do CCP devem ser administrativa e financeiramente autónomos e com capacidade de propor os seus orçamentos em função dos objectivos enunciados nos seus Programas de Acção;
- Assegurar a atribuição de **orçamentos** dignos no sentido de dotar os órgãos do CCP (incluindo CRE) da autonomia administrativa e financeira necessárias ao seu normal funcionamento ;
- Aprofundar os direitos políticos aos Portugueses da Diáspora assegurando a sua **participação nos referendos nacionais**, quando tais referendos recaiam sobre matéria que lhes diga especificamente respeito ;
- Assegurar a todos os cidadãos Portugueses recenseados no estrangeiro o direito de se candidatarem nas listas dos partidos políticos concorrentes às eleições ;
- Promover o estudo das causas dos altos níveis de abstencionismo nos actos eleitorais, e propor as necessárias medidas que visem aumentar a participação cívica dos cidadãos não residentes e Luso-descendentes em todos os actos eleitorais para os quais forem convocados a exercer esse seu direito ;
- Promover uma Revisão da Lei Eleitoral e a Revisão da Lei do recenseamento ; propor o aumento de deputados pelos círculos da emigração
- Promover a introdução de novas metodologias de participação nos atos eleitorais ;
- Promover e fomentar a participação activa da comunidade nos actos eleitorais



6. Igualdade de direitos sociais e económicos

Igualdade de direitos e de oportunidades são condições fundamentais para se chegar à igualdade. O princípio da igualdade insere-se numa Política de Integração estrutural norteada para uma cidadania inclusiva de combate às assimetrias sociais e económicas. As sociedades europeias que acolhem os Portugueses e Luso-descendentes caracterizam-se por vezes por práticas de exclusão, segregação, desigualdade e racismo, por exemplo, nas condições de trabalho, habitação, saúde etc. Essas situações violadoras do Estatuto de Equidade não são unicamente produto das condições individuais de cada cidadão, mas sim resultado de obstáculos que se opõem a qualquer igualdade estrutural e espelham-se na discriminação no mercado de trabalho, na segregação habitacional, na degradação e desigualdade das condições sociais, como por exemplo, na saúde, nos cuidados com a terceira-idade, nas reformas de velhice e invalidez e outras situações provocadas por incapacidade física/mental e pobreza. Um outro aspecto importante no respeitante à igualdade de direitos prende-se com as condições de reinserção social oferecidas aos Portugueses e Luso-descendentes que regressam a Portugal.

Sendo assim, o CRE propõe :

- Promover junto dos países de residência o direito à qualidade de vida de todos os cidadãos nacionais através da adopção de acordos bilaterais e, no plano interno, a aprovação de Planos de Diversidade que lhes garantam os mesmos direitos sociais e laborais oferecidos aos nacionais dos países de residência ;
- Reformular os programas ASIC e ASEC para que estes possam dar resposta mais eficaz e abrangente às situações de idosos e portugueses carenciados;
- Oferecer a todos os portugueses e luso-descendentes que regressem a Portugal as condições necessárias a uma rápida e harmoniosa reinserção na sociedade portuguesa;
- Propor e promover a revisão de acordos internacionais de Segurança Social, com vista a reforçar a proteção social de trabalhadores e suas famílias;



- Proceder a uma ampla divulgação dos direitos dos portugueses a residir e a trabalhar na Europa em termos laborais, fiscais ou de direito de pensão.

7. Aproveitamento do potencial económico das comunidades

O Governo no seu programa afirma que” *as possibilidades de desenvolvimento económico em ligação com a diáspora não foram ainda totalmente exploradas e a margem de manobra é muito significativa*”.

- Neste âmbito a CRE propõe como objetivos:
- Divulgar ao Governo e agentes do Estado Português a existência e utilização do potencial económico da Comunidade Portuguesa na Europa para a internacionalização da economia portuguesa;
- Clarificar os canais adequados de intervenção junto do Ministério da Economia e da Inovação e do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Aperfeiçoar os mecanismos de informação/ acção da Comunidade Portuguesa;
- Facilitar o acesso de pequenos e médios empresários no mercado de trabalho

Promover a solidariedade das empresas portuguesas estabelecidas na Europa para o apoio ao movimento associativo português e ao desenvolvimento de atividades divulgadoras da cultura portuguesa visando a sua afirmação no espaço europeu.



8. Responsabilidade pela concretização dos Objectivos Estratégico e Programáticos

A responsabilidade da execução das linhas de programação estratégico-programáticas assentam na estrutura organizativa existente.

Esta estrutura desenvolverá a sua actividade assente num trabalho consistente de estudo, acompanhamento e avaliação – com previsão de resultados a médio/longo prazo – e serão coordenados pelo secretariado do Conselho Regional da Europa

9. Observações Finais

Esta Plataforma de Acção deverá orientar a acção futura do CRE a nível de todas as suas estruturas (Comissões Temáticas, Secções Locais, representação no Conselho Permanente).

Plataforma de Acção para o Triénio(PAC) 2017-2019

aprovado na Reunião do Conselho Regional da Europa em Lisboa

03 de Março de 2017

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Sala dos Concursos

Presidente: Alfredo Stoffel

Secretária: Sónia Oliveira